

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 044/2024
Data: 16/05/2024**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS REÚNE AUTORIDADES PORTUÁRIAS EM BRASÍLIA.....	4
G. PIEROTTI RECEBE HOMENAGEM EM SANTOS PELOS 75 ANOS.....	5
SIMULADORES CRIAM CENÁRIOS REAIS E QUALIFICAM PORTUÁRIOS EM SANTOS.....	5
SOLIDARIEDADE EM TEMPOS DE 'GUERRA CIVIL'.....	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	9
RIO GRANDE DO SUL RECEBEU CERCA DE 460 TONELADAS NO PORTO DO ESTADO.....	9
GOVERNO FEDERAL DESTINA ESFORÇOS PARA AÇÕES DE ATENDIMENTO AOS MODAIS DE TRANSPORTES NO RIO GRANDE DO SUL.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	11
DEPOIS DE REVISÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, EDITAL DE CONCESSÃO DA BR-381/MG SERÁ PUBLICADO NESTA SEXTA (17).....	11
EM NOVA IORQUE, REPRESENTANTES DE 15 PAÍSES SÃO CONVIDADOS A INVESTIR NAS RODOVIAS BRASILEIRAS.....	12
“FIZEMOS A LIBERAÇÃO DA RODOVIA QUE DÁ ACESSO A CACHOEIRA DO SUL E DA PONTE DO FANDANGO, QUE ESTAVA FECHADA HÁ UM BOM TEMPO”, AFIRMOU RENAN FILHO.....	13
PORTAL PORTO GENTE.....	15
RUMO AMPLIA A PRESENÇA FEMININA NAS FERROVIAS COM PROGRAMAS DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO.....	15
BRASIL CELEIRO DO MUNDO MOVIDO A ENERGIA SOLAR.....	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	17
EDITORIAL – CONSTANTE VIGILÂNCIA NOS PORTOS.....	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
Arroz 1.....	18
Arroz 2.....	18
Arroz 3.....	18
Ferrogrão.....	18
NACIONAL - NO RS, LULA ANUNCIA BENEFÍCIOS E PEDE AGILIDADE A PREFEITOS.....	19
REGIÃO SUL - PORTOS RS ANUNCIA REDUÇÃO DE CALADO EM TERMINAIS QUE OPERAM GRÃOS.....	20
PORTOS - MPOR E AUTORIDADES PORTUÁRIAS SE REÚNEM PARA DEBATER OBRAS DO PAC.....	21
REGIÃO NORDESTE - PECÉM E ELETROBRAS ASSINAM MEMORANDO PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE.....	22
CENTRO-OESTE EXPORT - CENTRO-OESTE EXPORT DISCUTE OS DESAFIOS LOGÍSTICOS DA REGIÃO.....	23
NORTE EXPORT - GOVERNO DE TOCANTINS ANUNCIA APOIO AO NORTE EXPORT.....	26
SEM CATEGORIA - AGRO DE SÃO PAULO TEM ALTA DE MAIS 20% E SUPERÁVIT DE US\$ 7,51 BI.....	27
REGIÃO SUDESTE - PORTO DO RIO DE JANEIRO ENTRA NO MLE E PREVÊ ECONOMIA DE ENERGIA EM 2024.....	28
REGIÃO SUL - PORTO DE RIO GRANDE CONTABILIZA 460 TONELADAS DE DOAÇÕES AO RS.....	29
REGIÃO NORDESTE - EMAP E VLI ASSINAM MEMORANDO PARA AMPLIAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI.....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	31
EDGE ESTREIA NO MERCADO LIVRE E DIVERSIFICA FONTES DE GÁS COM BOLÍVIA E PRÉ-SAL.....	31
BW ENERGY VAI INVESTIR US\$ 1 BILHÃO ATÉ 2031.....	33
O CAMINHO ATÉ MAGDA CHAMBRIARD CHEGAR NA PRESIDÊNCIA DA PETROBRAS.....	34
JORNAL O GLOBO – RJ.....	36
REFINARIAS, GÁS NATURAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS: VEJA OS INVESTIMENTOS QUE LULA QUER ACELERAR NA PETROBRAS36	
REMUNERAÇÃO DE CONTEÚDO É UM DOS PRINCIPAIS PONTOS DA REGULAÇÃO DE IA, DIZ RELATOR.....	38
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	40
JULGAMENTO NO STF PODE ‘DISCIPLINAR’ GASTO PÚBLICO AO EXIGIR COMPENSAÇÃO PARA NOVAS DESPESAS.....	40
DESONERAÇÃO DE MUNICÍPIOS SERÁ MANTIDA, COM VOLTA GRADUAL DE IMPOSTO A PARTIR DE 2025, DIZ PACHECO.....	42
OPINIÃO - ONDA DE PROTECIONISMO GLOBAL DEVE ESCANTEAR AINDA MAIS A INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	43
3R PETROLEUM E ENAUTA DEVEM ANUNCIAR FUSÃO; NEGÓCIO CRIA SEGUNDA MAIOR OPERADORA DO PAÍS.....	44
ZANIN QUESTIONA SE CONGRESSO CONSEGUE VOTAR ACORDO DE DESONERAÇÃO EM 60 DIAS.....	45
EMPRESAS AGUARDAM DECISÃO DE ZANIN QUE RESTAURA DESONERAÇÃO DA FOLHA.....	46
VALOR ECONÔMICO (SP).....	47
ANTT APROVA NOVO EDITAL DE LEILÃO DA BR-381 COM EXCLUSÃO DE TRECHO PROBLEMÁTICO.....	47
PAES APRESENTARÁ AO G20 PROJETO PARA FACILITAR CRÉDITO NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	48



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 044/2024
Página 3 de 55
Data: 16/05/2024
www.mercoshipping.com.br
mercoc@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	49
SANTOS BRASIL RECEBE PRIORIDADE PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS	50
LONGO CURSO PROPÕE ASSEGURAR EM LEI INFRAESTRUTURA PARA ABASTECIMENTO ONSHORE	50
ANTAQ DESTACA PARTICIPAÇÃO DA NAVEGAÇÃO NA OTC EM HOUSTON	51
PORTOSRIO MOVIMENTA 16,1 MILHÕES DE TONELADAS NO 1º TRIMESTRE.....	52
PORTO DE IMBITUBA MOVIMENTOU 684 MIL TONELADAS EM ABRIL.....	52
SUAPE INVESTE MAIS DE R\$ 600 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.....	53
WILSON SONS PASSA A OPERAR NA NUVEM AWS	53
TCP MOVIMENTA 509 MIL TEUS DE JANEIRO A ABRIL.....	54
PORTO DE SÃO FRANCISCO MOVIMENTA 1,4 MILHÃO DE TONELADAS EM ABRIL.....	55
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	55



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS REÚNE AUTORIDADES PORTUÁRIAS EM BRASÍLIA

Silvio Costa Filho debateu empreendimentos previstos no novo PAC para os setores portuário e hidroviário

Por: *A Tribuna.com.br*



Reunião tratou da execução dos projetos previstos para o setor no País, inclusive no Porto de Santos Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, fez reunião com representantes de autoridades portuárias de todo o País, na terça-feira (14), em Brasília. No encontro, divulgado nesta quarta (15) pelo MPor, foi feito um planejamento para colocar em prática os empreendimentos previstos no novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) para os setores portuário e hidroviário.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, participou do encontro para tratar da execução dos projetos previstos para o cais santista.

Na carteira de investimentos do novo PAC estão previstos a execução de 35 empreendimentos de serviços essenciais para o fortalecimento do transporte aquaviário, seja na importação ou exportação de carga.

Essas obras devem contar com cerca de R\$ 4 bilhões de investimento público. Entre os projetos previstos estão o acesso terrestre aos portos públicos, o trabalho de dragagem dos rios, a modernização do sistema e infraestrutura dos portos, entre outros.

O ministro ressaltou a importância do encontro para alinhar os desafios do setor e trabalhar, ao lado das Docas, na execução rápida dos projetos. “Quando a gente vai analisar as nossas Docas, de responsabilidade do Governo Federal, a gente pega os últimos cinco anos e verifica que não houve execução de nem 20% das ações. E o que a gente precisa é acelerar o passo em relação a essa execução, por isso a importância desse momento, para a gente poder de fato entender o que a gente pode fazer de maneira mais objetiva para acelerar os investimentos”, disse Costa Filho.

Outro item debatido foi a revisão do projeto criado pelo MPor para elaboração de um ranking das autoridades portuárias do País. Denominado Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), ele avalia os portos brasileiros a partir de 15 métricas, como desempenho de gestão e governança, transparência na divulgação de informações, capacidade de realização de investimentos e qualidade da gestão ambiental. O ministro enfatizou o compromisso em colaborar para as companhias docas melhorarem o desempenho.

Atender o sul

O secretário Nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, destacou que os portos brasileiros serão fundamentais para a retomada da economia do Rio Grande do Sul. Além disso, o modal tem sido essencial para o transporte de donativos.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 16/05/2024

G. PIEROTTI RECEBE HOMENAGEM EM SANTOS PELOS 75 ANOS

Entre os planos para o futuro está a mudança de sede no Valongo

Por: *Ted Sartori*



Homenagem ocorreu na Câmara de Santos Foto: Alexander Ferraz/AT

Um trabalho de gerações da G. Pierotti Ship Supplier Ltda. foi homenageado na noite desta quarta-feira (15), em sessão solene no Plenário da Câmara de Santos, pelos 75 anos de atividade, completados no dia 1º.

O presidente da empresa, Geraldo Pierotti, e o diretor comercial Gustavo Pierotti receberam placa alusiva à data, entregue pelo vereador José Teixeira Filho, o Zequinha Teixeira (PP), autor da propositura.

“São mais de sete décadas gerando emprego e renda, servindo ao maior porto do Hemisfério Sul. É um número expressivo. Essa marca representa o esforço e o profissionalismo de centenas de colaboradores. Minha carreira profissional foi toda no Porto. Temos que valorizar as nossas empresas e pessoas que contribuem com o crescimento do município”, afirma o parlamentar.

Emocionado, Geraldo Pierotti destacou a hereditariedade na empresa, que já alcança três gerações. Começou com o pai, Mansueto Pierotti, com a Fornecedora Santista de Navios e, a partir de 1971, virou Mansueto Pierotti e Filhos Ltda. “Fico feliz e emocionado por ter mantido a empresa durante todos esses anos, fazendo com que ela tenha esse reconhecimento público. Muito tempo junto com meu irmão Eugênio e, nos últimos dez anos, com meu filho.

Fico emocionado de ter feito isso em memória do meu pai. Ele foi um empreendedor, teve coragem, determinação e iniciativa”, diz Geraldo. “Também fico honrado com a missão cumprida de ter entregado a empresa para meu filho. Que ele consiga continuar dando essa dinâmica e esse amor, até entregar para meus netos” complementa.

O filho Gustavo ressaltou a tradição e os bons valores passados pela G. Pierotti. “Nossa empresa é muito tradicional e reconhecida, Sabem que a empresa existe, que é séria, que tem bons valores e passa uma imagem muito positiva para a sociedade. Essa homenagem é um reconhecimento muito gratificante dentro de um ramo tão desafiador quanto o nosso”.

Nova sede

A mudança de sede no Valongo é um dos planos da G. Pierotti. A previsão é que isso aconteça até o final do próximo ano, segundo o diretor comercial. A área já está escolhida: na esquina da Avenida Conselheiro Nébias com a Rua General Câmara, no Paquetá.

“Vamos mais do que dobrar nossa capacidade, saindo de uma área de 2.300 metros quadrados para uma de 5 mil metros quadrados. Na atual fomos evoluindo, comprando casas ao lado e abrindo paredes, mas o espaço não é adequado, pois é cheio de colunas e todo fragmentado, enquanto o novo são dois retângulos”, detalha.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 16/05/2024

SIMULADORES CRIAM CENÁRIOS REAIS E QUALIFICAM PORTUÁRIOS EM SANTOS

Treinamento virtual de ponta evita poluição e prepara de forma moderna para a rotina de trabalho

Por: *Anderson Firmino*



Qualificação profissional é mais que uma exigência do mercado. Trata-se de uma necessidade. Há 25 anos, um espaço em Santos se dedica a desenvolver habilidades em quem atua no segmento portuário. Nesse período, o Instituto de Capacitação Técnica e Profissional (Incatep) já concedeu mais de 124 mil certificados. De acordo com o proprietário, João Gilberto Campos, a ordem é atualização constante - deles e dos trabalhadores.

Há 25 anos, um espaço em Santos se dedica a desenvolver habilidades em quem atua no segmento portuário Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Segundo Campos, o Incatep, que ganhou tração por conta dos simuladores que trazem para o ambiente virtual ações reais da operação portuária, conseguiu converter essa prática em ações ligadas ao meio ambiente, aderentes às práticas de ESG (meio ambiente, social e governança, da sigla em inglês), por exemplo.

“Cada litro de diesel deixa 2.58 kg de dióxido de carbono (CO₂) no ar. Cada hora de simulador economiza, em média, 50 litros de diesel. A cada 12 horas de utilização de equipamento, evita-se uma tonelada de CO₂. É nosso processo de descarbonização”, conta.

Uma visita à sede do Incatep, na Ponta da Praia, permite uma noção realista do que faz um profissional portuário. São 32 simuladores, em um espaço de 500 metros quadrados, destinados ao aprendizado da operação de pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, guindaste de bordo, RTG (rubber tyred gantry, também chamados de transtêineres elétricos), empilhadeiras de pequeno e grande porte, entre outros. Cargas como celulose, uma das mais movimentadas pelo Porto de Santos, possuem simulador.

“A pessoa não vai sair daqui pronta para trabalhar, mas com um começo. Na empresa (que for empregada), deve ficar um certo período treinando com o equipamento real. Mas é um início”, acrescenta o dono da Incatep.

Campos, porém, faz uma ressalva: não adianta apostar apenas em um curso de capacitação se não tiver uma boa formação educacional. “Cada vez mais, as empresas querem que a pessoa se habilite, se capacite. Mesmo para área operacional, elas recomendam Ensino Superior”, resume.

Segundo ele, os programas usados pelos simuladores são desenvolvidos pelo próprio centro. “Se eu quiser instalar 100 simuladores, eu instalo, porque a licença é minha. Não dependo de fornecedor. O carregador de navio, ou shiploader, só existe aqui”.

Os cursos são de até 100 horas de duração. Mas, cada sessão é de, no máximo, duas horas, “para não ficar entediante”, segundo relata. Um dos simuladores faz uso de óculos de realidade virtual, dando nova dimensão à experiência.

Trilhas

Campos diz que um diferencial do método de ensino está nas chamadas trilhas de formação. Nelas, cada profissional escolhe os cursos de capacitação que desejar, operador de contêiner, controlador de contêiner, celulose, trabalhador portuário de granel, trabalhador off-shore e operador de minérios.

“Temos algumas situações que são marcantes, como contribuir com a melhoria das pessoas. Tem gente trabalhando em vários países. A pessoa não tem profissão e a gente oferece isso a ela para o resto da vida”, resume.

Habilidades

As vivências são diferentes, mas os objetivos de quem busca se capacitar no Incatep são convergentes: desenvolvimento profissional e pessoal. Durante a visita, A Tribuna conheceu três pessoas que apostam na transformação.

Um deles é Oscar da Silva, de 27 anos. Motorista de aplicativo, o morador do Quarentenário, em São Vicente, faz o curso de operação de contêiner. E já consegue enxergar no horizonte uma vida melhor.



Máquinas usadas pela Incatep são didáticas e bastante realistas Foto: Vanessa Rodrigues/AT

“O simulador é bem didático. Já consigo me visualizar lá (nas empresas do Porto). Fazer os cursos é meio caminho. Tenho vontade de fazer faculdade, mas dependendo da condição financeira. Meus pais gostaram da ideia, porque é uma carreira de futuro. Estou começando o processo”, descreve.

A bordo do portêiner, as dificuldades iniciais vão sendo superadas - como o vento e a chuva no manejo dos contêineres. “No começo, é complicada (a operação), porque tem dois controles, a questão do balanço, mudanças climáticas, mas depois a gente vai se habituando e pegando o jeito”, descreve.

Alma de menino

O estivador aposentado Gilvando Bispo Leandro, de 55 anos, faz dois cursos de reciclagem: guincho e pá carregadeira. Mas não perde o foco, o mesmo que lhe garantiu uma premiação por desempenho na BTP. “Quando eu percebi que haveria mudanças no meu trabalho, em 2000, comecei a fazer cursos. Hoje, estou me reciclando. É importante não perder a motivação”, descreve.

Apoio familiar

Depois de dez anos fora do mercado de trabalho, a auxiliar de almoxarifado Lidiane Cristina Menezes Ferreira, de 33 anos, fazia um curso de empilhadeira.



Após dez anos fora do mercado de trabalho, Lidiane Ferreira, de 33 anos, fazia um curso de empilhadeira Foto: Vanessa Rodrigues/AT

“Já trabalhei em posto de gasolina e almoxarifado. Depois fiquei em casa, cuidando dos filhos, e agora, resolvi voltar à ativa”, conta. Mãe de três filhos, um deles uma bebê de 2 meses, ela, que trabalha na DP World, conta que o apoio da família foi fundamental. “Fiquei grávida, mas não desisti. A empresa chamou e decidi não deixar passar essa oportunidade. O apoio integral da

família foi o que deu um gás”, agradece.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/05/2024

SOLIDARIEDADE EM TEMPOS DE 'GUERRA CIVIL'

Assistir a cenas de políticos procurando tirar proveito da tragédia é abjeto

Por: Thiago Miller

Mal comecei a escrever para esse nobre espaço e já peço uma pausa. Permita-me, leitor, desviar dos temas marítimo-portuários para falar da tragédia que assola nossos irmãos do Rio Grande do Sul e alguns (três) aspectos que me provocaram reflexões, sentimentos e preocupações.



Foto: Reprodução

Fui arrebatado pelas imagens e dramas que me remetem a filmes de ficção sobre o fim do mundo. Cenas que lembro ver, pela tela da TV, apenas em tsunamis e furacões devastadores, como o inesquecível Katrina.

A imagem que tenho e guardo do povo do Rio Grande do Sul é de seriedade, com resiliência e valorização de sua rica e típica cultura. Tenho três advogados amigos, marítimo-portuários, entre Rio Grande e Porto Alegre.

Nutro por eles grande respeito e carinho e presto a minha profunda solidariedade por todo o drama vivido pelo povo do Rio Grande do Sul.

Destaco três questões que mexeram muito comigo nessa última semana. A primeira, e melhor, diz respeito à solidariedade humana. As histórias dos voluntários anônimos que largaram tudo para se dedicar ao resgate das vítimas, incluídos os animais de estimação, que colocaram seus recursos e energia em prol do socorro e remediação, são deveras comovedoras e inspiradoras, e mostram uma face do nosso povo que merece ser exposta e louvada. Dos pequenos aos grandes gestos, todos.

Em uma época de “guerra civil”, em que a radicalidade política envenenou as pessoas, encerrou o diálogo e rachou famílias, é alentador ver a face humana e solidária de nosso povo, mobilizado a fazer o bem, não importa a quem.

Como nem tudo são flores, pelo contrário, assistir a cenas de políticos procurando tirar proveito da tragédia, homenageando empresário de sua ala política ou espalhando fake news, é abjeto. Confirma o sentimento da falência de nosso sistema político representativo, onde a motivação é a próxima eleição, custe o que custar, e o propósito eminentemente particular, relacionado a apaniguar próximos e parentes, e enriquecer. Continuo a acreditar na política como forma de organização da sociedade e na democracia como único caminho, mas é necessário repensar e reconstruir nosso modelo.

O terceiro aspecto que abordo e me traz preocupação e perturbação é: o que estamos fazendo com o planeta? Na verdade, com nós mesmos, pois o planeta permanecerá. A tragédia do Rio Grande do Sul, as ondas de calor do Sudeste, a seca dos rios do arco amazônico, o apagão de energia na cidade de São Paulo são todos a mesma coisa e têm a mesma causa. Há um ano foi o Litoral de São Paulo, a região de São Sebastião, assolada por um dilúvio, em uma única noite, que dizimou casas e famílias, menos favorecidas. Ano passado, também no Rio Grande do Sul, ocorreram três episódios de enchentes - existem, na Justiça Estadual do RS, mais de 5 mil ações judiciais contra o Poder Público, reclamando danos causados por eventos climáticos. Nada é novo.

O que resta acontecer? Os cientistas vêm alertando que se a temperatura da terra subir mais 1.5°C, atingiremos o ponto de não retorno.

A união e a solidariedade que demonstramos para socorrer os irmãos do Sul precisam servir de amálgama e mola propulsora para enfrentarmos com seriedade o desafio de preservação de nosso meio ambiente. Não podemos esperar, distraídos pelas redes, a próxima tragédia.

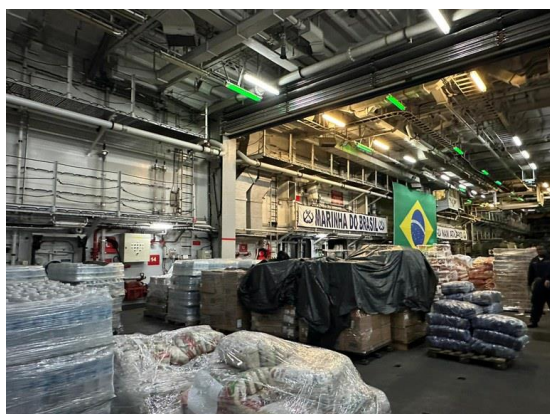
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/05/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

RIO GRANDE DO SUL RECEBEU CERCA DE 460 TONELADAS NO PORTO DO ESTADO

Órgãos do Governo Federal trabalham na distribuição dos donativos; Estado deve receber , via porto, 1.480 toneladas de materiais nos próximos dias.



Donativos são enviados de todo Brasil para moradores do Rio Grande do Sul - Foto: divulgação/comunicação Portos RS

O Brasil segue reunindo esforços para ajudar o povo gaúcho após fortes enchentes devastar grande parte dos municípios do estado. Desde que o país se mobilizou em prol do Rio Grande do Sul, centenas de toneladas de donativos foram arrecadados em todas as regiões brasileiras. Para garantir que todas essas doações cheguem ao destino certo, de forma ágil e segura, o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Casa Civil, Ministério da Defesa e

demais órgãos federais, montou uma força tarefa responsável pela logística do material pelos modais aéreo e marítimo.

O Porto de Rio Grande, único do estado gaúcho aberto para operações, já recebeu cerca de 460 toneladas para as vítimas das enchentes. A maior parte dos donativos é composta por água mineral, vestuário, colchões, cobertas, produtos de higiene pessoal, de limpeza, dentre outros itens não perecíveis. A partir do recebimento no porto, os donativos são transportados até o cais público, onde são armazenados e distribuídos pela Defesa Civil do Estado, Exército, Marinha e demais entidades envolvidas.

Segundo o ministro do MPor, Silvio Costa Filho, todo material arrecadado no país tem sido transportado sem custos pelas empresas parceiras. “Essa força-tarefa é fundamental para amenizar as dificuldades que nossos irmãos gaúchos vêm passando. Vamos, juntos, continuar trabalhando pela reconstrução do Rio Grande do Sul”, destacou. “Seguimos firmes na colaboração dos trabalhos e no fortalecimento do estado”, acrescentou.

Novas ações

O recebimento de donativos ao Rio Grande do Sul segue em ritmo acelerado. A Portos RS, administradora dos complexos portuários do estado, estima que cerca de 1.480 toneladas de materiais sejam transportadas ao porto nos próximos dias. Segundo a empresa, são remessas que foram arrecadadas no Distrito Federal Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco em dois navios, um total estimado de 25 contêineres de 40 pés carregados com doações, o que equivale a aproximadamente 700 toneladas.

Para o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, o trabalho colaborativo faz a diferença no momento de extremo desafio vivido pela população gaúcha. “Vivemos um dos episódios mais tristes da história do Rio Grande do Sul e sabemos que nesse momento a união é a melhor forma de superarmos tudo isso. O envio desses materiais até o complexo portuário do Rio Grande demonstra a solidariedade dos brasileiros. Como autoridade portuária não poderíamos ficar atentos apenas a situação dos portos sob a nossa administração”, destaca o presidente.

O envio eficiente de todo material só foi possível graças aos órgãos do governo e empresas que estão à frente da operação logística, considerando que boa parte das doações são realizadas por multimodais. As doações que saem das Bases Aéreas de Brasília e de Anápolis/GO, por exemplo, vão containerizadas ao Porto Seco de Anápolis, embarcam em composição ferroviária na Ferrovia Norte Sul direto ao Porto de Santos, onde são embarcadas para cabotagem. É uma verdadeira integração logística orientada para o Rio Grande do Sul.

"Todo o Brasil está mobilizado pelo Rio Grande do Sul. De norte a Sul, estamos juntos com união pela reconstrução do estado", afirmou Costa Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/05/2024

GOVERNO FEDERAL DESTINA ESFORÇOS PARA AÇÕES DE ATENDIMENTO AOS MODAIS DE TRANSPORTES NO RIO GRANDE DO SUL

Ministério de Portos e Aeroportos criou grupos de trabalho para coordenar trabalhos realizados nos modais portuário e aeroviário



Força tarefa envolve diversos órgãos do governo e pode contar com a participação da iniciativa privada

O atendimento aos municípios do Rio Grande do Sul atingidos pelas enchentes segue sendo pauta prioritária do Governo Federal. Para garantir a continuidade dos trabalhos e monitorar a retomada das ações realizadas nos modais portuários e aeroportuários afetados pela crise climática no estado, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) criou dois grupos de trabalho.

A força tarefa criada tem por objetivo atuar nos complexos portuários e aeroportuários do Rio Grande do Sul. Nos aeroportos, por exemplo, as ações ficarão a cargo dos órgãos que fazem parte da Conaero (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias). A coordenação dos trabalhos nesse setor será feita pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). Além do órgão vinculado ao MPor, fazem parte da comissão a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ligada ao Ministério da Saúde, a Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), órgão do Ministério da Agricultura e Pecuária, e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), vinculado ao Ministério da Defesa.

Já as atividades realizadas nas instalações portuárias serão acompanhadas de perto pelos órgãos participantes da Conaportos (Comissão Nacional das Autoridades nos Portos). Neste segmento, serão nove as entidades representantes. São Elas: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), ligados ao Ministério dos Transportes, Anvisa, Polícia Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Comando da Marinha, vinculado ao Ministério da Defesa, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Defesa Agropecuária, Defesa Civil e Secretaria Nacional de Portos, que ficará responsável por coordenar as ações.

Os órgãos que integram os grupos de trabalho estão autorizados a convidar representantes de empresas e demais entidades públicas e privadas integrantes de modais portuários e aeroportuários. Os grupos de trabalho vão funcionar pelo prazo de 60 dias. Caso haja necessidade, o tempo de atuação poderá ser ampliado pelo mesmo período.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/05/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

DEPOIS DE REVISÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, EDITAL DE CONCESSÃO DA BR-381/MG SERÁ PUBLICADO NESTA SEXTA (17)

Trecho que será concedido receberá cerca de R\$ 9 bilhões em investimentos; leilão acontece em agosto



BR-381 - FOTO: DNIT/Divulgação

Depois de passar por uma revisão abrangente no Ministério dos Transportes, que garante mais investimentos para a BR-381/MG, o edital de concessão da rodovia, entre as cidades de Belo Horizonte e Governador Valadares (MG), será publicado nesta sexta-feira (17), no Diário Oficial da União. A publicação do documento foi aprovada nesta quinta-feira (16), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O trecho a ser concedido, de 304 quilômetros de extensão, receberá investimento de aproximadamente R\$9 bilhões. A maior parte das melhorias determinadas pelo Ministério dos Transportes busca ampliar a capacidade e aumentar a segurança da via. O leilão está previsto para o próximo dia 29 de agosto.

O que mudou

A nova proposta de concessão da BR-381/MG incorporou mudanças resultantes de estudos técnicos aprofundados e políticas públicas atualizadas do Ministério dos Transportes.

Entre as alterações, está a ampliação de capacidade e melhorias entre os Kms 427 e 458,4 (Lotes 8A e 8B), que foram excluídas da nova versão do projeto de concessão e serão executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O edital dessas obras foi lançado pelo Ministério dos Transportes no último dia 8.

"Importante destacar que a decisão de destinar essas obras ao DNIT foi anunciada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e foi plenamente cumprida pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Essa mudança é fundamental para a atratividade do projeto", avalia a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

Ela acrescenta que, com essa medida, será possível executar a obra de forma antecipada. "A previsão, originalmente, era começar só em 2028. Agora ela poderá ser iniciada o quanto antes", detalhou.

BR-381/MG

Do total de R\$9 bilhões previstos para o trecho de 304 quilômetros da rodovia, R\$5,5 bilhões serão destinados para investimentos, como novas obras, e R\$3,7 bilhões para serviços operacionais. Veja as principais melhorias:

- 134,27 quilômetros de duplicações entre obras remanescentes e novos trechos;
- 83 quilômetros de faixas adicionais,
- 9,7 quilômetros de marginais,
- 20 passarelas
- 15 passagens de fauna

A concessão tem ainda o potencial de gerar cerca de 73 mil empregos diretos, indiretos e efeito renda, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na região de Minas Gerais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 16/05/2024

EM NOVA IORQUE, REPRESENTANTES DE 15 PAÍSES SÃO CONVIDADOS A INVESTIR NAS RODOVIAS BRASILEIRAS

“Temos uma carteira bastante diversificada, mas com uma característica em comum: garantir o escoamento da produção pelo país e outros destinos do mundo”, diz George Santoro sobre leilões rodoviários previstos para este ano



Secretário-executivo George Santoro e secretária nacional de Transportes Rodoviários, Viviane Esse, encontram investidores estrangeiros em Nova Iorque - Foto: Ministério dos Transportes

Coordenada pelo Ministério dos Transportes, a comitiva do governo brasileiro enviada a Nova Iorque (EUA) nesta semana deu passos importantes na missão de apresentar a representantes de empresas de 15 países e do mercado financeiro global com escritórios na cidade norte-americana

os motivos que fazem do Brasil um dos melhores destinos do mundo para se investir em infraestrutura. Nesta quarta-feira (15), mais de 100 executivos conheceram detalhes do programa federal de concessões rodoviárias, que conta com modelagem moderna, contratos com segurança jurídica, preocupação socioambiental e ativos rodoviários com média de 500 quilômetros de extensão voltados para escoamento da produção nacional.

“Temos 13 concessões rodoviárias, que irão a leilão neste ano, em estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Paraná, que trarão investimentos de R\$ 122 bilhões (US\$ 23,3 bilhões). É uma carteira bastante diversificada, mas com uma característica em comum: garantir o escoamento da produção pelo país e outros destinos do mundo”, explicou o secretário-executivo do ministério, George Santoro, que comanda a comitiva.

Ele ressaltou a excelente receptividade dos participantes do roadshow, com os quais a equipe tem promovido reuniões bilaterais ao longo da semana – uma agenda construída com a contribuição, inclusive, da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. “Nossa produção vem crescendo nos últimos anos e precisa de melhorias logísticas, o que atrai o interesse do investidor estrangeiro, que vê o valor agregado existente nessa cadeia alimentar. A atração de investimentos estrangeiros é importante para o país por desonerar o caixa do governo e melhorar a infraestrutura, simplificando e reduzindo o custo para os nossos produtores”, completou Santoro.

Conforme a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, o interesse internacional em rodovias federais pode trazer mais competitividade ao setor, assim como tarifas menores aos usuários. “Temos observado uma maior atração de investidores estrangeiros com os leilões que realizamos. Inclusive, de grupos que nunca atuaram no Brasil e outros que já atuaram, mas se afastaram em algum momento, e estão voltando os olhos para o nosso país. Isso traz mais competição e preços menores no valor final da tarifa aos usuários”, detalhou.

Em suas apresentações, os secretários enfatizaram os dispositivos inclusos nos novos contratos de concessões das estradas federais para conferir mais segurança jurídica, mecanismos de mitigação de riscos e sustentabilidade aos projetos. Também foram apresentados os incentivos fiscais disponíveis aos investidores, sejam do Brasil ou do exterior, como a Lei de Debêntures de Infraestrutura e o programa federal de hedge cambial, que protege investidores das variações abruptas do dólar, por exemplo.



Raio-x do evento

- Convidados: 100 executivos de construtoras, concessionárias e do mercado financeiro
- Países de origem: Argentina, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Japão, México, Panamá, Peru, Espanha, Reino Unido, Uruguai e Estados Unidos
- Leilões rodoviários em 2024: serão 13 no total, somando R\$ 122 bilhões (US\$ 23,3 bilhões) em investimentos previstos
- Extensão média da malha a ser concedida: 500 quilômetros de extensão
- Estados impactados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Paraná
- Órgãos brasileiros representados: Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Infra S/A, Banco Nacional de Desenvolvimento, Tribunal de Contas da União, Apex Brasil

Confira detalhes de todos os leilões previstos para este ano aqui.

Agenda de governo

Contar com parceiros capazes de aplicar as melhores práticas internacionais na modernização da malha rodoviária brasileira – uma das mais extensas do mundo – torna-se ainda mais urgente frente ao desafio de adaptar a infraestrutura nacional aos efeitos dos eventos climáticos extremos, como os enfrentados pelo Rio Grande do Sul.

“É importante que a gente atraia esses investimentos privados para termos, além dos investimentos públicos o apoio do capital estrangeiro”, pontou Viviane Esse. “Nenhum governo do mundo fortalecerá a resiliência de sua infraestrutura diante da intensificação desses eventos extremos de forma isolada. É preciso a participação da iniciativa privada, de parceiros capazes de contribuir com as melhores e mais modernas práticas internacionais”, acrescentou George Santoro.

Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz destacou o caráter institucional do roadshow em Nova Iorque. “Estamos neste evento alinhados com BNDE, TCU e todas as demais instituições do setor de transportes que estruturam, modelam, aprovam e gerenciam projetos de infraestrutura é muito importante para demonstrarmos aos investidores internacionais a qualidade dos projetos, o avanço da regulação e a segurança jurídica que há no Brasil para eles fazer investimentos de longo prazo”, pontuou.

“Temos uma parceria longa com o Ministério dos Transportes tanto na estruturação de projetos quanto nos financiamentos, e estamos aqui na comitiva para buscar atração de projetos quanto nos financiamentos, e estamos aqui na comitiva para buscar trazer investidores para o Brasil. O BNDES está aqui para trazer segurança financeira aos investidores e mostrar que haverá uma análise dos projetos, que haverá apoio financeiro junto ao mercado de capitais, caso necessário”, destacou o superintendente de infraestrutura do BNDES, Felipe Borin.

A comitiva do governo federal permanece em Nova Iorque até sexta-feira (17), dando continuidade à agenda de reuniões bilaterais com grandes nomes do mercado internacional, como Allianz Global Investors, Morgan Stanley Infrastructure Partners e Goldman Sachs.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/05/2024

“FIZEMOS A LIBERAÇÃO DA RODOVIA QUE DÁ ACESSO A CACHOEIRA DO SUL E DA PONTE DO FANDANGO, QUE ESTAVA FECHADA HÁ UM BOM TEMPO”, AFIRMOU RENAN FILHO

Ministério dos Transporte restabelece tráfego na BR-153, em Cachoeira do Sul, última cidade gaúcha isolada por bloqueio de rodovia federal



Ministro dos Transportes, Renan Filho, em agenda no Rio Grande do Sul - FOTO: Márcio Ferreira/MT

Em mais um dia de intensas ações no Rio Grande do Sul, o ministro dos Transportes, Renan Filho, participou, nesta quarta-feira (15), da liberação do tráfego na BR-153, nos trechos que garantem acesso a Cachoeira do Sul.

O fluxo foi restabelecido para caminhões e carros de passeio, permitindo, novamente, a conexão por via terrestre entre Cachoeira do Sul, a capital Porto Alegre

e outras cidades gaúchas.

Com cerca de 80 mil habitantes, a cidade era a última do estado isolada por bloqueios em uma rodovia federal, decorrentes das chuvas.

“Liberamos a BR-153 e a ponte do Fandango, que estava fechada há um bom tempo. Ainda há algumas cidades isoladas por fechamento de rodovias estaduais ou municipais, mas rodovias federais não há mais. Garantir esta conexão importante, ligando a BR-153, a BR-290 e a BR-287, vai melhorar a mobilidade naquela região”, disse Renan Filho.

Nos últimos dias, os atendimentos emergenciais ao município eram realizados por uma rota assistencial, criada pelo Ministério dos Transportes. O acesso a esta rota, no entanto, era restrito a veículos oficiais de apoio para atendimentos de saúde e entrega de suprimentos.

Atenção a todos os acessos

O ministro dos Transportes mantém uma agenda robusta de trabalho no Rio Grande do Sul, com o objetivo de devolver à população gaúcha os principais caminhos que foram carregados pela água.

Nesta quarta-feira pela manhã, Renan Filho vistoriou obras de recuperação da BR-470, entre Bento Gonçalves e Veranópolis, incluindo a ponte sobre o Rio das Antas, e da RS-431 (Bento Gonçalves - Cotiporã).

“A BR-470, que foi uma das mais atingidas, há poucos anos atrás ela era uma rodovia estadual, ela não tem a mesma condição de segurança, o mesmo arco de curvatura das rodovias federais, agora com esse desastre nós vamos aproveitar para colocá-la também no padrão das rodovias federais, o mesmo precisará acontecer com as pontes, com as duplicações, então todas as obras decorrentes dessa emergência serão obras mais resilientes”, explicou o ministro.

Desde que o Rio Grande do Sul começou a ser castigado pelas chuvas, essa é a terceira vez que Renan Filho viaja ao estado para acompanhar as ações de reestruturação da infraestrutura rodoviária atingida.

Mais liberação

Abaixo a situação atualizada, nesta quarta-feira, das rodovias federais do RS atingidas pelas chuvas:

Trechos totalmente liberados: 66

Trechos parcialmente liberados: 17

Trechos em obras e/ou serviços em andamento: 19

Trechos com bloqueio total: 33

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/05/2024

PORTAL PORTO GENTE

RUMO AMPLIA A PRESENÇA FEMININA NAS FERROVIAS COM PROGRAMAS DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Redação Portogente



Foto: Divulgação

Colaboradoras mães têm o apoio da companhia para desenvolvimento de suas carreiras em vagas consideradas majoritariamente masculinas

A Rumo, maior operadora de ferrovias no Brasil, tem como uma de suas metas ampliar a presença feminina em todas as áreas e níveis hierárquicos da concessionária, seja em cargos administrativos ou em operacionais, por meio da realização de

programas de diversidade, equidade e inclusão.

Para isso, a companhia vem implementando projetos para atrair e promover o encareiramento das colaboradoras. Apesar de estar no início dessa jornada, a Rumo já conta com exemplos de mulheres liderando equipes, áreas, projetos e tomando decisões que determinam desde fatores de segurança e prevenção de acidentes, até as estratégias do negócio.

Segundo Bruna Alcântara Perpétuo, diretora de Gente e Cultura da companhia, os programas de diversidade, equidade e inclusão da empresa são essenciais para atrair mais mulheres. "Buscamos incentivar valores e práticas relacionadas à equidade de gênero e à representatividade feminina, principalmente em áreas consideradas majoritariamente masculinas, tendo como missão encorajá-las a atuar em todos os níveis da hierarquia organizacional, oferecendo vagas afirmativas, programas de mentoria, treinamentos e oportunidades de crescimento", explica.

Já para Francielle Thais Almeida dos Santos, Operadora de Via, a importância de processos seletivos exclusivos para as mulheres faz com que elas descubram novas oportunidades. "No momento em que vi a vaga para trabalhar nessa área, confesso que não sabia se o cargo era aberto para mulheres, mas me inscrevi, participei do processo seletivo e passei. Iniciei as minhas atividades profissionais na Rumo no setor de Aparelho de Mudança de Via (AMV) e, com o tempo, aprendi como funcionam as operações. Pude saber mais sobre o universo ferroviário e todos os dias tenho a oportunidade de aprender algo novo", afirma.

Formação recorde de mulheres auxiliares de manobra

Em 2023, a Rumo, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), formou uma turma de auxiliares de manobra com o maior número de mulheres da história. O processo seletivo contou com 168 candidatas, dessas 102 passaram por dinâmicas, 52 se classificaram e passaram por entrevistas individuais, e 26 foram aprovadas para realizar o curso de qualificação no Paraná.

Rede de apoio

A Rumo conta com um grupo de afinidades para as colaboradoras, o Elas Movimentam, que realiza conversas periódicas para incentivar a reflexão sobre os papéis desempenhados pelas mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. Por meio dessas reuniões, as participantes reconhecem nas colegas e em si mesmas a potência para liderar grandes mudanças.

Desenvolvimento e encareiramento

Já o Programa Mulheres em Movimento visa impulsionar a carreira das colaboradoras por meio de mentorias e capacitações. A Gerente Executiva de Desenvolvimento Humano Organizacional da Rumo, Carolina Bernardino de Andrade acrescenta que: "Nesse programa queremos investir para que elas ampliem o seu autoconhecimento e autoconfiança e assim trazer um novo olhar sobre a estratégia corporativa, contribuindo para a inovação e a diversidade de pensamentos nas áreas operacionais e administrativas."

Benefício

Além de todas estas iniciativas, a Rumo reconhece a importância do apoio às mulheres mães e suas famílias, proporcionando uma série de benefícios que visam garantir o bem-estar e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional:

Licença maternidade estendida de 180 dias
Auxílio farmácia
Programas de assistência jurídica, psicológica e financeira
Suporte assistencial desde a gestação até o pós-parto
Lactários nos locais de trabalho
Auxílio creche
Material escolar para os filhos
Brinquedo de Natal

Sobre a Rumo

A Rumo é a maior operadora privada de ferrovias de carga do país e oferece uma solução logística segura, competitiva e de baixo carbono para suportar o crescimento do agronegócio brasileiro. Cruzamos o Brasil de Norte a Sul, administramos 13,5 mil quilômetros de ferrovias nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Tocantins.

A base de ativos é formada por 1.400 locomotivas e 35 mil vagões. São 8 mil colaboradores em todo o Brasil, 9 terminais de transbordo ao longo da malha e 6 terminais portuários nos principais portos brasileiros. Em 2023, nos tornamos a única empresa brasileira do setor de logística a compor o índice internacional Dow Jones de Sustentabilidade, além de compor pelo terceiro ano consecutivo a carteira do ISE B3, a principal referência no país em reconhecer companhias com as melhores práticas de sustentabilidade.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 16/05/2024

BRASIL CELEIRO DO MUNDO MOVIDO A ENERGIA SOLAR

Editor Portogente

Crédito: Divulgação



Perceber a vida incluindo novas percepções, novas linguagens e novos conceitos (Fritjof Capra)

Estrategicamente, o governo chinês investe com prioridade em tecnologia, como anunciou em seu discurso de posse em 2013 o presidente Xi Jinping, e está bem posicionado no negócio de energia solar. Isto inquieta os Estados Unidos e a União Européia, bem como tensiona as relações comerciais. Hoje, a China produz quase 80% dos módulos solares fotovoltaicos do mundo. A energia limpa e renovável, na era da informação, é exigida por segmentos da sociedade que se

organizam em torno de redes e propugna a sustentabilidade.

Veja mais: Um Porto de Santos aquém do necessário - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115908-um-porto-de-santos-aquem-do-necessario>

Indubitavelmente, a imagem mais visível dessa mudança de paradigma será a dos automóveis movidos com placa solar, cuja instalação ainda não alcançou o avanço para concorrer com o combustível líquido. Entretanto, é questão de pouco tempo. Enquanto isto, por não serem produzidos em grande escala, o preço desses automóveis, com placas no teto, alcança valores da ordem de US\$ 65 mil dólares.



Veja mais: A tragédia no RS poderia ter sido menor - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115900-a-tragedia-no-rs-poderia-ter-sido-menor>

O território brasileiro é o mais privilegiado do mundo em insolação e, em 2022, esteve no 6º lugar mundial na geração solar. Sua área é a mais ensolarada do Planeta. Isto reduz a necessidade de número de placas, por dar maior eficiência ao sistema fotovoltaico. Pelo visto, Pero Vaz de Caminha já tinha percebido os raios de sol que iluminam esta terra abençoada por Deus. Impulsionada pela rota da China, a tecnologia solar no Brasil vai baratear a geração dessa energia, com a inauguração, até 2026, da ligação transoceânica, Atlântico e Pacífico, a partir do Porto de Santos.

Veja mais: Energia solar fotovoltaica atinge marca histórica no Brasil - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/101730-energia-solar-fotovoltaica-atinge-marca-historica-no-brasil>

Esse cenário representa um avanço radical no projeto do carro solar. Um novo conceito estrutural, com modelo de motor menor, mais leve, eficiente e não poluente. Conseqüentemente, um quadro urbano com nova cultura de mobilidade. O carro elétrico, hoje alimentado por tomada, já está incorporado na paisagem urbana. O governo nos três níveis - municipal, estadual e federal - certamente terá o maior empenho para essa transição energética.

Veja mais: Programa da DP World Brasil recebe prêmio internacional de sustentabilidade - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/115910-programa-da-dp-world-brasil-recebe-premio-internacional-de-sustentabilidade>

A energia solar fotovoltaica representa um marco de um novo tempo. É possível antever a dimensão e a agilidade com as quais irá acontecer. Para tanto e globalmente, a vanguarda e liderança comercial da China, com pleno domínio da tecnologia para operar com energia solar, diferente de ser tratada como ameaça, deve ser um estímulo para reforma fiscal e preservação da natureza. Forma clássica de impulsionar novos conhecimentos e construir um mundo sustentável.

Veja mais: O Sol a Serviço do Brasil - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115886-o-sol-a-servico-do-brasil>

Na próxima semana, Portogente lança na sua Home a agência digital moduSolar. Como missão, irá fomentar o uso e promover as melhores soluções na geração de energia solar, para os setores de movimentação de mercadorias e pessoas no comércio e turismo internacionais.

Veja mais: A incerteza do túnel submerso no Porto de Santos - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115905-a-incerteza-do-tunel-submerso-no-porto-de-santos>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 16/05/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – CONSTANTE VIGILÂNCIA NOS PORTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

As autoridades portuárias devem manter uma vigilância constante sobre a infraestrutura de seus complexos marítimos, acompanhando principalmente os impactos das mudanças climáticas nela. É crucial entender como essas mudanças podem afetar as operações portuárias e tomar medidas para melhorar a resiliência das instalações.



A recente redução de calado em alguns terminais portuários no complexo de Rio Grande (RS) – medida anunciada pela autoridade portuária, a Portos RS, nessa quarta-feira, dia 15 – devido às fortes correntezas, é um lembrete claro da importância desse acompanhamento. Essas medidas são essenciais para garantir a segurança das operações portuárias e, ao se detectar o impacto, procurar uma forma de remediá-lo ou mitigá-lo.

Além disso, é fundamental que as administrações portuárias estejam preparadas para lidar com os desafios emergentes causados pelas mudanças climáticas. Isso inclui investir em infraestrutura mais resiliente e implementar medidas de adaptação para enfrentar eventos climáticos extremos, como fortes correntezas e inundações.

O monitoramento contínuo das condições climáticas e o acompanhamento dos impactos nas operações portuárias são essenciais para garantir a eficiência e a segurança dos portos. Ao compreender melhor esses desafios, as autoridades portuárias podem tomar decisões e implementar estratégias eficazes e, assim, proteger as operações portuárias e manter a resiliência das infraestruturas portuárias frente às mudanças climáticas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ARROZ 1

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, reforçou, ontem, que o Governo Federal não irá competir com os produtores de arroz, ao importar o grão para evitar uma especulação de preços. A medida foi definida após a produção de arroz do Rio Grande do Sul, que responde por 70% do grão colhido no País, ter sido afetada pelas fortes chuvas e pelas consequentes inundações no estado. O objetivo é evitar o desabastecimento e a alta nos preços para o consumidor.

ARROZ 2

“O objetivo da portaria (liberando a importação) não é concorrer com os produtores gaúchos. O Governo não seria insensível de criar uma concorrência, fazer baixar o preço do arroz para o produtor. Inclusive, queremos tranquilizar os produtores em relação a isso. Teremos uma medida provisória muito em breve que dará benefícios aos produtores de arroz do Rio Grande do Sul”, afirmou o ministro nessa quarta-feira, durante visita ao Apas Show, maior evento de bebidas e alimentos das Américas e a maior feira supermercadista do mundo, que está sendo realizada no Expo Center Norte, na capital paulista.

ARROZ 3

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) informou, nessa quarta-feira, que o arroz a ser importado pelo Governo terá o preço máximo de R\$ 4 o quilo e que, no primeiro leilão, marcado para a próxima terça-feira, dia 21, serão adquiridas até 104.034 toneladas de arroz importado da safra 2023/2024. “O arroz que vamos comprar terá uma embalagem especial do Governo Federal e vai constar o preço que deve ser vendido ao consumidor. O preço máximo ao consumidor será de R\$ 4 o quilo”, disse o presidente da Conab, Edegar Preo.

FERROGRÃO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nessa quarta-feira, dia 15, por mais 90 dias, o processo que trata da legalidade da construção da Ferrogrão, nova ferrovia que ligará Sinop, no norte de Mato Grosso, a Itaituba, no Pará. Em setembro do ano passado, Moraes determinou a suspensão do processo por seis meses após autorizar a conciliação entre as partes no intuito de solucionar o impasse para a construção da ferrovia. A discussão envolve compensações ambientais, oitiva de indígenas e elaboração de estudos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

NACIONAL - NO RS, LULA ANUNCIA BENEFÍCIOS E PEDE AGILIDADE A PREFEITOS

Durante a passagem da comitiva pelo estado, ministro dos Transportes também libera rodovia

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redenews.com.br



Lula se reuniu com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite: para ele, se a resposta do poder público não for rápida, as instituições podem perder credibilidade (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), esteve em São Leopoldo (RS) na quarta-feira, 15, para anunciar novas medidas para o estado. Entre elas, estão o pagamento do “Auxílio Reconstrução”, um benefício no valor de R\$ 5.100 para 200 mil famílias atingidas pela crise climática no estado.

O Governo também anunciou a compra de casas no modelo do Minha Casa Minha Vida para as famílias que perderam as moradias nas enchentes. O saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) antecipado no valor de R\$ 6.220,00 também foi anunciado por Lula.

Além disso, o presidente visitou abrigos e oficializou a indicação de Paulo Pimenta como “ministro da Reconstrução”. Pimenta vai assumir o posto por seis meses e será um representante do Governo Federal no Rio Grande do Sul enquanto permanecer o estado de calamidade pública.

Lula também pediu agilidade aos prefeitos das cidades gaúchas, pois é necessário dar uma resposta à população.

“Um apelo aos companheiros prefeitos. Pelo amor de Deus, a agilidade de vocês, de apresentar as propostas e projetos, é que vai mostrar, pra gente, se a Caixa Econômica está morosa ou não, se tem burocracia ou não”, declarou o presidente.

“Se for a burocracia, nós temos que desmontar essa burocracia. Não é possível. Muitas vezes, o tempo de pensar de um cidadão que está com a responsabilidade de liberar um recurso, porque ele é um funcionário estatutário. Não é o mesmo tempo do cara que está precisando do dinheiro”, concluiu.

A população do Rio Grande do Sul enfrenta a maior catástrofe climática de sua história desde o dia 29 de abril, com chuvas e enchentes que resultaram na morte de 149 pessoas e deixaram mais de 800 mil desabrigadas.

Lula destacou que, se a resposta do poder público não for rápida, as instituições podem perder credibilidade, abrindo caminho para a desestabilização política.

“As coisas têm que funcionar, porque senão a gente perde credibilidade, as pessoas passam a desacreditar nas instituições, na democracia, nos governantes. E o que vai acontecer? Uma anarquia. Ninguém acredita em ninguém, cada um faz o que bem entende até que o mundo se mate”, afirmou.

Durante a visita, o presidente esteve em um abrigo em São Leopoldo e conversou com famílias que precisaram deixar suas casas.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, fez parte da comitiva do presidente Lula no Rio Grande do Sul. Ele elogiou o trabalho conjunto dos governos federal e estadual.

“Eu não sou da política, sou do Direito. Mas é muito importante ressaltar nesse momento a presença do presidente da República e do governador do estado, disse Barroso, fazendo referência a Eduardo Leite (PSDB), que também estava presente. “Acho que isso representa uma elevação de patamar civilizatório, que é a não politização de uma crise humanitária”, completou o magistrado.

O governador gaúcho reforçou em seu discurso que as diferenças políticas devem ser deixadas de lado neste momento. “Não poderá haver diferença ideológica para superar o momento de união que deve ser atender as pessoas que mais precisam. As pessoas que precisam de casa, de abrigo, de atenção. Vamos estar junto delas”, reforçou Eduardo Leite.

Tráfego liberado

Alguns ministros também acompanharam o presidente, como Rui Costa, da Casa Civil, e Renan Filho, dos Transportes. Renan anunciou a liberação do tráfego na BR-153. “Fizemos a liberação da rodovia que dá acesso a Cachoeira do Sul e da ponte do Fandango, que estava fechada há um bom tempo”, afirmou o ministro.

O fluxo foi restabelecido para caminhões e carros de passeio, permitindo, novamente, a conexão por via terrestre entre Cachoeira do Sul, a capital Porto Alegre e outras cidades gaúchas.

Segundo o Ministério dos Transportes, a cidade tem cerca de 80 mil habitantes e era a última do estado isolada por bloqueios em uma rodovia federal, decorrentes das chuvas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

REGIÃO SUL - PORTOS RS ANUNCIA REDUÇÃO DE CALADO EM TERMINAIS QUE OPERAM GRÃOS

Profundidade foi reduzida para 12,80 metros para os terminais da Bunge, Bianchini e Termasa/Tergrasa por causa das correntezas

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redeneews.com.br



A diminuição de calado anunciado pelas autoridades compromete a quantidade de grãos que são movimentados entre importação e exportação nos terminais portuários (Foto: Divulgação/Portos RS)

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, informou que houve redução de calado em alguns terminais portuários que operam grãos, localizados no complexo de Rio Grande.

A medida, segundo a Autoridade Portuária, aconteceu a partir do início da noite de terça-feira (14), conforme

os boletins atualizados diariamente.

Foi anunciado a redução de calado para 12,8 metros nos terminais da Bunge Alimentos, Bianchini, Terminal Marítimo Luiz Fogliatto (Termasa) e do Terminal Graneleiro (Tergrasa).

Segundo informou a Portos RS, a medida, em conjunto com a Marinha do Brasil (MB) e a Praticagem da barra, ocorreu por questões de segurança das manobras de navios no canal aquaviário, devido às fortes correntezas que estão sendo registradas durante a semana.

Em entrevista ao Be News 19 horas, da TVBE News, o diretor-presidente da Portos RS Cristiano Klinger afirmou que as autoridades competentes estão monitorando diariamente as condições climáticas e os impactos nas operações em Rio Grande.

O anúncio sobre a redução do calado foi feito em conjunto incluindo com os terminais.

“Como a gente segue com uma correnteza bem forte, acima do normal, então em reunião conjunta com Marinha, Praticagem e os terminais, fazendo a análise da situação, se entendeu que por segurança era prudente, neste momento, fazer essa redução em três terminais graneleiros em função de toda condição climática na região”, disse.

Com a medida, os navios que atendem os terminais não podem passar dos 12,80 metros de calado, quando que anteriormente o calado de navios poderia ser maior.

A diminuição de calado anunciado pelas autoridades compromete a quantidade de grãos que são movimentados entre importação e exportação nos terminais portuários.



Dos três portos públicos do Rio Grande do Sul, o Porto de Rio Grande é o único que permanece operando, ao contrário dos complexos de Porto Alegre e Pelotas

Situação dos portos

Conforme a Portos RS, o Porto Alegre segue com suas operações suspensas devido à cota de inundação do Lago Guaíba, que deixou

boa parte da capital gaúcha alagada. Ainda não há previsão de retomada das atividades. O embarque de toras de madeira segue suspenso e as atividades estão paralisadas no Porto de Pelotas. Já o Porto do Rio Grande segue operando normalmente.

Os ventos de quadrante oés-sudoeste atingiram os 41,8 km/h e a correnteza foi de vazante durante toda a manhã desta quarta-feira (15), chegando a velocidade de 5,9 km/h em direção ao Oceano Atlântico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

PORTOS - MPOR E AUTORIDADES PORTUÁRIAS SE REÚNEM PARA DEBATER OBRAS DO PAC

MPor e Autoridades Portuárias se reúnem para debater obras do PAC

DA REDAÇÃO redacao.jornal@redebenews.com.br



O ministro Silvio Costa Filho, ressaltou a importância do encontro para alinhar os principais desafios do setor e trabalhar, ao lado das Docas, na execução rápida dos projetos. Foto: MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos recebeu representantes de Autoridades Portuárias para uma conversa sobre os empreendimentos previstos no novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) para os setores portuário e hidroviário e planejar os próximos passos na execução de

projetos.

Na carteira de investimentos do novo PAC estão previstos a execução de 35 empreendimentos de serviços essenciais para o fortalecimento do transporte aquaviário, seja na importação ou exportação de carga. Essas obras devem contar com cerca de R\$ 4 bilhões de investimento público. Entre os projetos previstos estão o acesso terrestre aos portos públicos, o trabalho de dragagem dos rios, a modernização do sistema e infraestrutura dos portos, entre outros.

O ministro da pasta, Silvio Costa Filho, ressaltou a importância do encontro para alinhar os principais desafios do setor e trabalhar, ao lado das Docas, na execução rápida dos projetos. “Quando a gente

vai analisar as nossas Docas, de responsabilidade do Governo Federal, a gente pega os últimos 5 anos e verifica que não houve execução de nem 20% das ações. E o que a gente precisa é acelerar o passo em relação a essa execução, por isso a importância desse momento, para a gente poder de fato entender o que a gente pode fazer de maneira mais objetiva para acelerar os investimentos”, informou.

Outro item debatido no evento foi a revisão do projeto criado pelo Ministério de Portos para elaboração de um ranking das autoridades portuárias em todo o país. Denominado de Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), ele avalia os portos brasileiros a partir de 15 métricas, como desempenho de gestão e governança, transparência na divulgação de informações, capacidade de realização de investimentos e qualidade da gestão ambiental, entre outros aspectos. O gestor enfatizou o compromisso do MPor em colaborar com as companhias docas para que todas melhorem seu desempenho no índice.

Medidas para atender o Sul

O secretário Nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, ressaltou a força tarefa do Governo Federal para minimizar os impactos causados aos moradores da região Sul, que há semanas estão convivendo uma severa crise climática. O secretário destacou que os portos brasileiros serão fundamentais para a retomada da economia do Rio Grande do Sul. Além disso, o modal tem sido essencial para o transporte de donativos que chegam ao estado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/05/2024

REGIÃO NORDESTE - PECÉM E ELETROBRAS ASSINAM MEMORANDO PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE

Até o momento, o complexo portuário do Ceará tem seis pré-contratos assinados para produzir o combustível sustentável

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redeneews.com.br



A cerimônia de assinatura do memorando ocorreu na terça-feira, dia 14, no estande do CIPP, no segundo dia da World Hydrogen 2024, realizada em Roterdã, na Holanda. Foto: Divulgação/Governo do Estado

O Governo do Estado do Ceará assinou um Memorando de Entendimento com a Eletrobras para produção de hidrogênio verde (H2V) e seus derivados, como amônia verde, no Complexo

Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), na Região Metropolitana da capital Fortaleza.

A assinatura ocorreu na terça-feira, dia 14, no estande do CIPP, no segundo dia da World Hydrogen 2024, realizada em Roterdã, na Holanda. Até o momento, o Estado do Ceará soma 37 memorandos assinados com empresas nacionais e estrangeiras para o desenvolvimento da cadeia produtiva do hidrogênio verde no Hub do Porto do Pecém. São, ainda, seis pré-contratos firmados para a produção de hidrogênio verde.

O combustível limpo é obtido por meio da eletrólise da água, utilizando energia limpa e renovável, sem emissões de CO2. Esse processo separa hidrogênio e oxigênio da água através de corrente elétrica usando fontes limpas como solar, hídrica ou eólica. Pode ser usado para armazenar energia renovável em períodos de alta produção e baixa demanda elétrica, além de contar com uma alta demanda do mercado externo, especialmente da Europa.

O governador Elmano de Freitas (PT), destacou que a parceria é fundamental para os investimentos em economia verde. “A medida é muito importante porque impulsionará a geração de emprego e renda para a nossa população, além de representar uma contribuição direta para a construção do

mundo mais sustentável. O acordo prevê o fornecimento de energia renovável e de H2V aos futuros projetos industriais no Ceará”, afirmou.

Para o presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, o acordo sinaliza o comprometimento da empresa brasileira com a transição energética mundial. “Como líderes em geração e transmissão de energia elétrica no País, devemos contribuir não apenas para o aprimoramento da matriz brasileira, mas do mundo, para que as fontes sejam cada vez mais limpas e renováveis. Ao firmar essa parceria, estamos alinhados com a estratégia de contribuir para a descarbonização da economia e a segurança energética”, ressaltou.

O presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo, contou que este é um momento importante para o hub de hidrogênio verde no cais cearense. “A presença da Eletrobras reforça todo o esforço de um trabalho que está sendo feito e mostra a confiança no Estado do Ceará, no Complexo do Pecém. Tenho certeza que a Eletrobras, como atuante nas diversas etapas da cadeia produtiva de energia renovável no Brasil, vai aceitar esse desafio e avançar rápido nas negociações pra consolidar de vez o hub de hidrogênio verde no Pecém”, disse.

Estiveram presentes na assinatura, os secretários Salmito Filho, do Desenvolvimento Econômico, e Roseane Medeiros, das Relações Internacionais; o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo, os vice-presidentes Rebeca Oliveira e Fabio Grandchamp, e o diretor comercial, André Magalhães; o vice-presidente de Comercialização e Soluções em Energia da Eletrobras, Ítalo Freitas, e o vice-presidente executivo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Eletrobras, Elio Wolff; entre outras autoridades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

CENTRO-OESTE EXPORT - CENTRO-OESTE EXPORT DISCUTE OS DESAFIOS LOGÍSTICOS DA REGIÃO

Fórum regional começa nesta quinta-feira, em Goiânia, propondo temas que impactam os setores de infraestrutura e do agronegócio

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Basta, estará presente na cerimônia de abertura do Centro-Oeste Export, que neste ano será realizado em Goiânia (Foto: Divulgação/Governo do Mato Grosso)

Temas cruciais que impactam a logística, o transporte e o agronegócio na região que é considerada o coração do Brasil estarão em pauta nesta quinta e sexta-feira (16 e 17), no Centro-Oeste Export. A edição 2024 do fórum regional de Logística, Infraestrutura e Transportes tem como sede a cidade de Goiânia, capital de Goiás, e vai ser transmitida na íntegra pela TV BE News.

Ao longo dos dois dias de atividades serão realizados três painéis técnicos, cada um focado em aspectos diferentes da logística e da infraestrutura regional:

O primeiro deles, nesta quinta, tem como tema “Perspectivas de uma nova realidade tributária nacional para o setor de logística, portos e agroindústria”. Esse painel abordará as mudanças na legislação tributária e como elas podem afetar a logística e os setores portuário e agroindustrial. Especialistas discutirão as implicações de uma possível reforma tributária e as oportunidades que podem surgir para aumentar a eficiência e competitividade desses setores.

Os painéis 2 e 3 acontecem na sexta-feira.

“Desenvolvimento do transporte ferroviário e oportunidades de novos negócios no Centro-Oeste”: focado no transporte ferroviário, esse painel analisará o atual estado das ferrovias na região, os obstáculos para sua expansão e as oportunidades de negócios que podem surgir com a melhoria deste modal. A discussão incluirá investimentos necessários e políticas públicas que podem incentivar o crescimento das ferrovias, reduzindo a dependência do transporte rodoviário e promovendo uma logística mais sustentável.

“Conexões terrestres entre os polos de produção agropecuária e os portos marítimos”: esse painel examinará as rotas terrestres que conectam os principais polos de produção agropecuária do Centro-Oeste aos portos marítimos, essenciais para a exportação. A discussão incluirá a qualidade das estradas, a integração de diferentes modais de transporte e projetos de infraestrutura que podem melhorar essas conexões, facilitando o escoamento da produção e reduzindo custos logísticos.

Na noite de quinta será realizada a cerimônia de abertura do fórum. Diversas autoridades estarão presentes. Destaque, principalmente, para Dino Batista, agora secretário nacional de Transportes Aquaviários.

Também estarão acompanhando de perto o deputado federal Rubens Otoni (PT), que também preside uma ação coletiva da Mobilidade Urbana da Frenlogi (frente parlamentar mista de Logística e Infraestrutura); e Bruno Peixoto (União), deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás.

InfraJur

O Centro-Oeste Export também reserva mais uma edição do InfraJur – Encontro de Direito da Logística, Infraestrutura e Transportes. Dedicado a abordar questões jurídicas que envolvem o setor, o evento vai ter um painel com o tema “Entraves para o desenvolvimento dos transportes ferroviário e hidroviário no Centro-Oeste e Perspectivas do trabalho no transporte rodoviário de cargas”.

Este debate visa identificar os principais desafios enfrentados pelos modos de transporte menos utilizados e explorar oportunidades de melhoria no transporte rodoviário, que ainda é predominante na região.

O InfraJur será encerrado com uma palestra especial proferida pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Breno Medeiros.



O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Breno Medeiros irá proferir uma palestra no encerramento do InfraJur - Encontro de Direito da Logística, Infraestrutura e Transportes

TRANSMISSÃO E COBERTURA

A TV BE NEWS, QUE IRÁ TRANSMITIR NA ÍNTEGRA A PROGRAMAÇÃO DO CENTRO-OESTE EXPORT, PODE SER ASSISTIDA NA PLATAFORMA DE VÍDEO YOUTUBE (@TV_BENEWS). QUEM PREFERIR, PODE ACESSAR O CANAL PELO PORTAL DO BE NEWS (WWW.PORTALBENEWS.COM.BR).

O fórum regional também terá a cobertura do telejornal BE News 19 horas.

Confira a programação completa:

16 | MAIO

- 8h00 – Saída dos veículos oficiais do Transamérica Collection Hotel
- 8h15 – Visita à Associação Comercial, Industrial e Serviços de Goiás (ACIEG)
- 8h40 – Saída para Anápolis
- 10h00 – Visita ao Distrito Agroindustrial de Anápolis



12h00 – Almoço no Porto Seco Centro-Oeste
13h00 – Retorno para o Transamérica Collection Goiânia
15h00 – Credenciamento e retirada de crachás

Início da transmissão online pelo Portal BE News

15h30 – InfraJur – Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transporte

Temas: Entraves para o desenvolvimento dos transportes ferroviário e hidroviário no Centro-Oeste e Perspectivas do trabalho no transporte rodoviário de cargas

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor Geral da Rede BE News

Debatedores

- Adalberto Tokarski, Consultor e ex-diretor-geral da ANTAQ
- Edeon Vaz Ferreira, Presidente do Conselho do Centro-Oeste Export e do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso
- Frederico Toledo de Melo, Gerente Executivo de Relações Trabalhistas e Sindicais da Confederação Nacional do Transporte (CNT)
- Gabriela Lustosa, Assessora Jurídica da Federação Interestadual das Empresas de Transporte de Cargas e Logística (FENATAC)

16h30 – Coffee break

17h00 – Palestra Especial InfraJur

Breno Medeiros, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

17h30 – Painel 1 CO Export: Perspectivas de uma nova realidade tributária nacional para o setor de logística, portos e agroindústria

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores

- Flavio Palmerston, Consultor Jurídico da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (ACIEG)
- Joel de Sant’Anna Braga Filho, Secretário de Indústria, Comércio e Serviços do Estado de Goiás
- Sergio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)

18h30 – Palestra Especial BNDES

Victor Alexander Contarato Burns, Gerente do Departamento de Relacionamento com o Governo

19h10 – Solenidade de Abertura com autoridades convidadas

- Fabrício Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export
- Dino Batista, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação
- Rubens Otoni, Deputado Federal e VP de Mobilidade Urbana da Frenlogi
- Bruno Peixoto, Deputado estadual e Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

Demais autoridades presentes

20h30 – Jantar exclusivo para inscritos no Centro-Oeste Export 2024

8h30 – Credenciamento e retirada de crachás

Início da transmissão online pelo Portal BE News

9h00 – Palavras de boas-vindas pelo presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, e pelo presidente do Conselho do Centro-Oeste Export, Edeon Vaz Ferreira

9h15 – Painel 2 do CO Export: Desenvolvimento do transporte ferroviário e oportunidades de novos negócios no Centro-Oeste

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores

- Davi Barreto, Diretor-Executivo da ANTF
- Edson Souki, Presidente da Granel Química
- Fernando Künsch, Head de Relações Institucionais e Governamentais (GO-MG-ES) da VLI Logística
- Mayhara Chaves, Gerente-Executiva de Regulação da Rumo Logística

10h30 – Painel 3 do Centro-Oeste Export: Conexões terrestres entre os polos de produção agropecuária e os portos marítimos

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores

- Pedro Sales, Secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás
- Rinaldo Lira, Diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária do Complexo de Industrial e Portuário de Suape
- Manoel Ferreira, Presidente da Agemar Transportes e Empreendimentos
- Rubens Otoni, Deputado Federal e VP de Mobilidade Urbana da Frenlogi

11h45 – Painel 4 do Centro-Oeste Export: Ações para aperfeiçoar a distribuição de energia ao setor produtivo

13h00 – Almoço de Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

NORTE EXPORT - GOVERNO DE TOCANTINS ANUNCIA APOIO AO NORTE EXPORT

Direção do Brasil Export se reuniu com lideranças empresariais e integrantes da administração estadual

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@redebenews.com.br



Encontro teve a participação de membros do primeiro escalão do Governo de Tocantins

O Governo de Tocantins e a classe empresarial local confirmaram suas participações e seus apoios ao fórum regional Norte Export 2024, que será realizado na capital do estado, Palmas, nos próximos dias 22 e 23 de julho. As parcerias foram definidas na última terça-feira, em reuniões entre a diretoria do Grupo Brasil Export, integrantes do

primeiro escalão da administração estadual e representantes de federações empresariais. Os encontros foram realizados na sede do Governo.

As reuniões tiveram a participação do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, do diretor comercial, Márcio Delfim, do presidente do conselho do Norte Export, Sérgio Aquino, e da presidente do recém-criado conselho do Tocantins Export, a advogada Fernanda Araújo.

Acompanhados pelo advogado Abdon Araújo, os integrantes do Brasil Export foram recebidos por secretários estaduais e membros de federações locais. Na foto, estão Luciano Rocha (representante da Federação das Indústrias de Tocantins), Alex Veras (pelo Sebrae), Abdon Araújo, Osmar Defante (da Federação do Comércio de Tocantins), Fabiano do Vale (da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Tocantins), Paulo Carneiro (da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins), Fernanda Araújo, Sérgio Aquino e Fabrício Julião. Na sequência, aparecem os secretários Deocleciano Gomes (Casa Civil), Carlos Humberto Lima (Indústria e Comércio), o deputado estadual Ricardo Ayres, Carlos Manzini Jr (Representação), José Humberto Muniz Filho (Controladoria-geral) e Sergislei Moura (Planejamento e Orçamento).

Ainda na quarta-feira, os representantes do Brasil Export se reuniram com a primeira-dama do Estado Karynne Sotero, que está à frente da Secretaria de Participações Sociais. Karynne também confirmou o apoio ao fórum.

Tocantins Export

Os conselhos do Brasil Export acabam de ampliar sua presença nos estados do País. Nessa quarta-feira, foi criado o conselho do Tocantins Export, que será formado por autoridades e empresários ligados aos setores de transportes, logística e infraestrutura. O objetivo desse grupo é debater e facilitar a comunicação entre executivos desses segmentos e o poder público.

A presidente do conselho é a advogada Fernanda Araújo, que já integra outros conselhos do Brasil Export. Sua posse oficial e a dos integrantes do Tocantins Export ocorrerá durante o Norte Export 2024, a ser realizado em julho, em Palmas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

SEM CATEGORIA - AGRO DE SÃO PAULO TEM ALTA DE MAIS 20% E SUPERÁVIT DE US\$ 7,51 BI

Dados referentes ao primeiro quadrimestre do ano foram divulgados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redeneews.com.br



De acordo com o balanço, as exportações do agronegócio representaram 42,8% o total dos demais setores do estado de São Paulo nos primeiros quatro meses de 2024
Crédito: Divulgação/Governo de São Paulo

O agronegócio do estado de São Paulo alcançou um superávit de US\$ 7,51 bilhões nos primeiros quatro meses deste ano, conforme resultados divulgados nesta semana pelo Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento. Em comparação com o mesmo período do ano passado, a alta foi de 21,7%.

O saldo da balança comercial do agronegócio paulista veio do aumento de 18,6% nas exportações, que totalizaram US\$ 9,37 bilhões, e das importações, que alcançaram US\$ 1,86 bilhão. O resultado teve crescimento de 7,5% em relação a 2023.

“Vemos que mesmo em cenários adversos, com quebra de safra, com preço de commodities menos atrativo, o produtor rural do estado de São Paulo não deixa de exercer com competência seu trabalho que garante comida na mesa de diversas partes do Brasil e do mundo e, paralelamente, mantém seu posto como mola propulsora da economia paulista”, comentou Guilherme Piai, secretário de Agricultura e Abastecimento de SP.

De acordo com o balanço, as exportações do agronegócio representaram 42,8% do total dos demais setores do estado de São Paulo nos primeiros quatro meses de 2024, enquanto as importações do setor corresponderam a 7,8% do total.

Grupos de produtos

Os cinco principais grupos nas exportações, que representam 78% das vendas externas setoriais paulistas no período, foram:

- Complexo sucroalcooleiro: totalizando US\$ 3,65 bilhões, sendo que o açúcar representou 89,9% e o álcool etílico – etanol, 10,1%.
- Produtos florestais: alcançaram US\$ 998,52 milhões, com participações de 53,3% de celulose e 39,9% de papel.
- Carnes: registraram US\$ 986,35 milhões, sendo que a carne bovina respondeu por 83,6%.
- Complexo soja: totalizando US\$ 915,94 milhões, dos quais a soja em grão participou com 84,9%.
- Sucos: vendas de US\$ 762,63 milhões, com 97,6% referentes ao suco de laranja.

Um dos produtos mais tradicionais da cultura do estado, o café, aparece na sexta colocação, com vendas de US\$ 399,29 milhões. 73,6% são referentes ao café verde e 23,1% de café solúvel.

Houve ainda crescimento do grupo de fibras e produtos têxteis, cujas exportações aumentaram 1.365,6%. O principal produto foi o algodão não cardado e nem penteado, representando 95% do grupo. Houve ainda aumento significativo no volume exportado, passando de 901 toneladas em 2023 para 139 mil toneladas em 2024, com embarques predominantemente para a China.

Destaques no cenário nacional

As exportações do estado de SP no primeiro quadrimestre representaram 17,9% do agronegócio brasileiro, um aumento de 2,3 pontos percentuais em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Sucos (84,7%), produtos alimentícios diversos (72,2%), demais produtos de origem vegetal (64,0%) e complexo sucroalcooleiro (59,5%) tiveram participação em valores que ultrapassam 50% do total nacional.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/05/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTO DO RIO DE JANEIRO ENTRA NO MLE E PREVÊ ECONOMIA DE ENERGIA EM 2024

O Mercado Livre de Energia permite que consumidores possam escolher seus fornecedores livremente

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



A PortosRio projeta uma redução anual de emissões de CO² de mais 200 toneladas a partir da escolha de fontes renováveis (Foto: Tânia Rego/Agência Brasil)

A PortosRio, Autoridade Responsável pela administração dos portos públicos fluminenses, anunciou a entrada do complexo portuário do Rio de Janeiro no Mercado Livre de Energia (MLE).

O MLE permite que consumidores possam escolher seus fornecedores livremente, dando liberdade para negociação de preços e escolha das fontes de energia. Segundo a PortosRio, a expectativa para 2024 é economizar cerca de 30% mensal com os custos de energia.

A Autoridade Portuária também projeta uma redução anual de emissões de CO² de mais 200 toneladas a partir da escolha de fontes renováveis como hídricas, eólicas, solares e biomassa, que são impulsionadas pelo MLE.

“Além da economia substancial que iremos alcançar, esta mudança representa um passo significativo para a modernização e a eficiência energética do Porto do Rio de Janeiro, demonstrando o compromisso da PortosRio com a sustentabilidade e a redução de custos operacionais. Com a liberdade de escolher nossos fornecedores e fontes de energia, estamos posicionando o Porto do Rio de Janeiro para um futuro mais sustentável e competitivo”, disse o diretor-presidente da PortosRio, Francisco Martins.

A migração do Porto do Rio de Janeiro para o novo modelo de consumo foi facilitada pela Liven, maior Gestora Independente de Energia do Estado. A troca para o ambiente livre de contratação foi licitada por meio de Pregão Eletrônico, tendo a MILL Energia como vencedora da licitação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/05/2024

REGIÃO SUL - PORTO DE RIO GRANDE CONTABILIZA 460 TONELADAS DE DOAÇÕES AO RS

Órgãos do Governo Federal trabalham na distribuição dos donativos; Estado deve receber , via porto, 1.480 toneladas de materiais nos próximos dias.

DA REDAÇÃO redacao.jornal@redebenews.com.br



O Porto de Rio Grande, único do estado gaúcho aberto para operações, já recebeu cerca de 460 toneladas para as vítimas das enchentes. A maior parte dos donativos é composta por água mineral, vestuário, colchões, cobertores, produtos de higiene pessoal, de limpeza, dentre outros itens não perecíveis. Foto: Divulgação Portos RS

O Brasil segue reunindo esforços para ajudar o povo gaúcho após enchentes devastarem grande parte dos municípios do estado. Desde que o país se mobilizou em prol do Rio Grande do Sul, centenas de toneladas de donativos foram arrecadados em todas as regiões brasileiras e para garantir que todas essas doações cheguem ao destino certo, o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Casa Civil, Ministério da Defesa e demais órgãos federais, montou uma força tarefa responsável pela logística do material pelos modais aéreo e marítimo.

O Porto de Rio Grande, único do estado gaúcho aberto para operações, já recebeu cerca de 460 toneladas para as vítimas das enchentes. A maior parte dos donativos é composta por água mineral, vestuário, colchões, cobertores, produtos de higiene pessoal, de limpeza, dentre outros itens não perecíveis. A partir do recebimento no porto, os donativos são transportados até o cais público, onde são armazenados e distribuídos pela Defesa Civil do Estado, Exército, Marinha e demais entidades envolvidas.

Segundo o ministro do MPor, Silvio Costa Filho, todo material arrecadado no país tem sido transportado sem custos pelas empresas parceiras. “Essa força-tarefa é fundamental para amenizar as dificuldades que nossos irmãos gaúchos vêm passando. Vamos, juntos, continuar trabalhando pela reconstrução do Rio Grande do Sul”, destacou. “Seguimos firmes na colaboração dos trabalhos e no fortalecimento do estado”, acrescentou.

Novas ações

O recebimento de donativos ao Rio Grande do Sul segue em ritmo acelerado. A Portos RS, administradora dos complexos portuários do estado, estima que cerca de 1.480 toneladas de materiais sejam transportadas ao porto nos próximos dias. Segundo a empresa, são remessas que foram arrecadadas no Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco em dois navios, um total estimado de 25 contêineres de 40 pés carregados com doações, o que equivale a aproximadamente 700 toneladas.

Para o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, o trabalho colaborativo faz a diferença no momento de extremo desafio vivido pela população gaúcha. “Vivemos um dos episódios mais tristes da história do Rio Grande do Sul e sabemos que nesse momento a união é a melhor forma de superarmos tudo isso. O envio desses materiais até o complexo portuário do Rio Grande demonstra a solidariedade dos brasileiros. Como autoridade portuária não poderíamos ficar atentos apenas à situação dos portos sob a nossa administração”, destaca o presidente.

As doações que saem das Bases Aéreas de Brasília e de Anápolis/GO, por exemplo, vão containerizadas ao Porto Seco de Anápolis, embarcam em composição ferroviária na Ferrovia Norte Sul direto ao Porto de Santos, onde são embarcadas para cabotagem.

“Todo o Brasil está mobilizado pelo Rio Grande do Sul. De norte a Sul, estamos juntos com união pela reconstrução do estado”, afirmou Costa Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024

REGIÃO NORDESTE - EMAP E VLI ASSINAM MEMORANDO PARA AMPLIAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI

Viabilidade de construção de pera ferroviária e novo berço para embarque de grãos serão avaliadas em estudo

Por VANESSA PIMENTEL vanessa.pimentel@redebeneews.com.br



Após a assinatura, a VLI e a EMAP trabalharão conjuntamente para atestar a viabilidade das obras, em um processo que deve ser concluído em até 180 dias. Foto: Secom Maranhão

O governo do Estado do Maranhão, por meio da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), e a VLI assinaram, nesta quarta-feira (15), um memorando de entendimento para estudos de ampliação da infraestrutura do Porto do Itaqui.

Os estudos vão avaliar a possibilidade de investimentos em estruturas como: uma pera ferroviária na poligonal do porto; um novo berço para embarque de grãos – além da capacitação de outro berço; e a construção de armazéns, moega e interligações ferroviárias.

Participaram do evento o governador Carlos Brandão, o CEO interino e diretor de Finanças, Supply Chain e Serviços da VLI, Fábio Marchiori e o presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Gilberto Lins.

“O sistema portuário do Maranhão é o caminho natural para a produção do Matopiba e estados como Mato Grosso, Tocantins e Goiás, que estão dentro da área de cobertura do Corredor Norte da VLI. Os estudos para ampliação da infraestrutura do Porto do Itaqui reforçam nossa vocação para atender os clientes, o caráter desenvolvimentista da companhia, que é parceira do incremento da produção regional e do fortalecimento da pauta de exportações do Brasil”, afirma Fábio Marchiori.

Para Gilberto Lins, presidente da EMAP, responsável pelo Porto do Itaqui, o investimento em questão reforça a grandeza do equipamento e sua importância como hub logístico nacional.

Já o governador comemorou a assinatura e ressaltou oportunidades de geração de emprego oriundas da possível ampliação. “Acompanhamos de perto cada etapa do processo de ampliação dos serviços, investimentos e, acima de tudo, operação da VLI em nosso estado. Para nós, isto significa mais oportunidades de emprego e de geração de renda para o maranhense. Nossa política de trabalho tem sido incentivar ao máximo o potencial produtivo de cada setor de crescimento em todo o estado. Avançamos com mais esta conquista”.

Após a assinatura, a VLI e a EMAP trabalharão conjuntamente para atestar a viabilidade das obras, em um processo que deve ser concluído em até 180 dias. Uma vez definida a continuidade do projeto, as obras devem ser iniciadas em 2025. A capacidade a ser ampliada, condições operacionais e outros itens serão analisados na fase de estudos. A VLI já opera atualmente no Porto do Itaqui, por meio do berço 105, onde a companhia movimentava cargas como grãos (soja e milho), farelo de soja, ferro gusa e fertilizantes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/05/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

EDGE ESTREIA NO MERCADO LIVRE E DIVERSIFICA FONTES DE GÁS COM BOLÍVIA E PRÉ-SAL

Comercializadora da Compass realizou 1ª migração de uma indústria para o mercado livre

Por André Ramalho 16 de maio de 2024 Em Empresas, Mercado de gás



Estação de entrega de gás natural do Gasbol (Foto: Divulgação TBG)

RIO – A Edge, braço de comercialização da Compass, estreou no mercado livre de gás natural. A companhia realizou, no primeiro trimestre, a primeira migração de uma indústria para o ambiente livre e tem acordos encaminhados com novos clientes no segmento.

A concorrência por novos contratos promete se acirrar, em especial com a nova política de preços da Petrobras. A expectativa na Edge, no entanto, é que, uma vez percorridos os primeiros passos da companhia neste primeiro semestre, a agenda comercial da empresa se intensifique ao longo do ano.



Em paralelo à captação de seus primeiros consumidores, a Edge trabalha na diversificação de suas fontes de suprimento, para além do Gás Natural Liquefeito (GNL) importado pelo Terminal de Regaseificação de São Paulo (TRSP) – cujo início das atividades é alvo de um imbróglio com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ao todo, a Edge já tem cinco contratos de compra de gás. Nos primeiros meses de atividade, a comercializadora já recorreu à importação de gás da Bolívia e à compra de gás do pré-sal.

Juntas, essas duas novas fontes atingiram picos de 1,2 milhão de m³/dia dentro do portfólio da comercializadora.

“Passamos a ser endereço para outras fontes. Vamos estar ativos, sim, na originação de produtos da Bolívia, discutindo com majors do pré-sal e buscando otimização de outros players”, afirmou o CEO da Compass, Antonio Simões, nesta quarta-feira (15/5), durante teleconferência com analistas e investidores.

Um dos novos fornecedores da comercializadora é a MTGás, distribuidora do Mato Grosso que comercializou com a empresa do grupo Cosan volumes excedentes de gás boliviano.

A carga importada tem sido destinada, sobretudo, à Comgás, com a qual a Compass, controladora da distribuidora paulista, tem acordo de fornecimento de longo prazo. O contrato, que ancorou o investimento no TRSP, começou a valer a partir de março.

Mercado livre dá primeiros passos em SP

A Edge informou que já tem sete contratos assinados para venda de gás. A empresa mantém em sigilo o nome dos clientes, bem como não especifica se os acordos são todos no mercado livre.

A expectativa é que, com a investida da empresa na indústria de São Paulo, o mercado livre no maior centro de consumo de gás do país comece a destravar.

De acordo com a Arsesp, agência reguladora estadual, a Comgás informou recentemente ter recebido dois pedidos de migração parcial de usuários do setor ceramista para o mercado livre – ambos negociaram a molécula com a Edge.

A Arsesp esclareceu, contudo, que a formalização da migração ocorrerá somente após a apresentação da celebração dos CUSDs (Contratos de Uso do Sistema de Distribuição) – o que ainda não ocorreu.

Competição com Petrobras

Na busca por novos clientes, Simões destaca que o desenvolvimento do mercado livre é um caminho baseado em competição e que a comercializadora ainda acompanha, nesse sentido, os desdobramentos da nova política de preços da Petrobras – que promete reduzir seus preços, inclusive para contratos vigentes.

Para o CEO da Compass, ainda é cedo para avaliar qual será o impacto do novo posicionamento comercial da estatal, principalmente diante da troca de comando na petroleira.

Segundo ele, a expectativa é que a redução de preços da Petrobras gere mais competição para a Edge.

Por outro lado, a notícia é “neutra para positiva” para as distribuidoras do grupo Compass – que são clientes da estatal.

Liberação do TRSP

Simões disse, ainda, que espera chegar em breve a um “alinhamento final” com a ANP sobre a operação do TRSP.

A empresa iniciou a operação do terminal de GNL, em abril, sem prévia autorização da agência – que, por sua vez, mandou interditar o ativo até que o aval seja dado.

A disputa foi judicializada. A Edge alega que opera o terminal com base em aprovação tácita, prevista na Lei da Liberdade Econômica.

A autorização para pré-operação do TRSP estava na pauta da diretoria da ANP desta quinta-feira (16/5), mas o diretor Fernando Moura pediu vistas do processo, para aprofundar questionamentos junto à equipe técnica.

O assunto guarda correlação com outro tema em discussão na ANP: a minuta de acordo com a Arsesp para harmonização na classificação do gasoduto Subida da Serra, da Comgás.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/05/2024

BW ENERGY VAI INVESTIR US\$ 1 BILHÃO ATÉ 2031

Empresa prevê produção de Golfinho até 2042 e retomada de Camarupim em 2028, com tieback
Por epbr 16 de maio de 2024 Em Empresas, Mercado de gás, Mercado offshore, Petróleo e gás



Trabalhador no FPSO Capixaba, que produz no campo de Golfinho (Foto: Cortesia)

RIO – A BW Energy vai investir US\$ 1 bilhão até 2031 nos projetos de produção dos campos de Golfinho e Camarupim, no offshore da Bacia do Espírito Santo. As informações fazem parte dos dados enviados à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para os planos de desenvolvimento dos projetos.

Os dois projetos foram comprados da Petrobras dentro da estratégia de desinvestimentos aplicada no governo Jair Bolsonaro.

A Petrobras detinha 100% de participação nos conjuntos de concessões dos Polos Golfinho e Camarupim, com exceção do bloco exploratório BM-ES-23, em que possuía participação majoritária de 65%, em parceria com a Aquamarine Exploração Ltda (20%) e Inpex Petróleo Santos Ltda (15%).

O Polo Golfinho está localizado em lâmina d'água entre 1.300 m e 2.200 m, compreendendo os campos de Golfinho, produtor de óleo, e Canapu, produtor de gás não associado, e o bloco exploratório BM-ES-23.

O campo de Golfinho produz atualmente com o FPSO Cidade de Vitória, que tem capacidade para 100 mil barris por dia de petróleo. A produção atual está na casa de 10 mil barris por dia e estão em estudo a perfuração e interligação de dois novos poços. A empresa pretende produzir até 2042.

Os dados foram apresentados durante evento na Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), no último dia 14. O evento contou com o apoio do Fórum Capixaba de Petróleo, Gás e Energia.

Veja abaixo a lista de projetos da empresa:

- Recuperação da integridade e extensão da vida do FPSO Cidade de Vitória;
- Remoção de hidratos em linhas flexíveis/umbilicais;
- Desengargalamento da planta de tratamento de água do FPSO;
- Skids BCS para substituir MOBOS (FEED em andamento);
- Skids BCS em poços com gas-lift;

- Interligação de poços abandonados temporariamente;
- Perfuração e ligação de poço de gás 7-GLF-50 (2026/27);
- Perfuração e ligação de poço de óleo 7-GLF-51 (2026/27);
- Em estudos a perfuração e a interligação de 2 poços adicionais;
- Oportunidades no ring fence;
- Adequação do FPSO para receber mais poços.

Tieback em Camarupim

A BW Energy pretende retomar a produção do campo de gás de Camarupim em 2028, com um tieback para o FPSO Cidade de Vitória.

O Polo Camarupim está localizado em lâmina d'água entre 100 m e 1.050 m, compreendendo os campos unitizados de Camarupim e Camarupim Norte, ambos de gás não associado.

A produção em Camarupim está paralisada desde fevereiro de 2015, quando um incêndio atingiu o FPSO Cidade de São Mateus, vitimou nove pessoas e deixou 26 feridos.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/05/2024

O CAMINHO ATÉ MAGDA CHAMBRIARD CHEGAR NA PRESIDÊNCIA DA PETROBRAS

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política

Por epbr 16 de maio de 2024 Em Comece seu Dia



Magda Chambriard, nova presidente da Petrobras.
Crédito: Reprodução/Alerj

Magda Chambriard deverá levar cerca de 15 dias para assumir a presidência da Petrobras após a saída de Jean Paul Prates nesta quarta-feira (15/5). O caminho passa por três etapas:

- análise das áreas de integridade e de recursos humanos da Petrobras;
- avaliação do Comitê de Pessoas (COPE) do

Conselho de Administração;

- nomeação no Conselho de Administração.

Com a vaga aberta, ela pode ser nomeada conselheira e presidente pelo Conselho de Administração, e começar a exercer as funções, até a próxima assembleia de acionistas, em 2025.

- Enquanto não toma posse, o cargo será ocupado interinamente pela diretora executiva de Assuntos Corporativos, Clarice Coppetti.

O Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Sérgio Caetano Leite, foi destituído do cargo nesta quarta-feira, assim como o gerente executivo de Relações Institucionais, João Paulo Madruga. Foi nomeado como CFO interino o atual Gerente Executivo de Finanças, Carlos Alberto Rechelo Neto.

Conteúdo local e da exploração da Margem Equatorial. Magda Chambriard, é defensora das políticas de conteúdo local, e fortalecimento da indústria naval brasileira, e também da exploração de óleo e gás na Margem Equatorial.

O principal ponto de atrito entre o presidente Lula e Jean Paul Prates, aliás, foi o baixo investimento previsto na indústria naval brasileira, informou a Folha. A demora para colocar de pé os projetos de produção de fertilizantes também contribuiu para o desgaste, segundo fontes ouvidas pelo jornal.



Ações despencam após demissão. A Petrobras perdeu R\$ 34 bilhões em valor de mercado após o anúncio de que Jean Paul Prates foi demitido da presidência da empresa.

Ao sair da petroleira, ele disse que deixou a companhia “bem encaminhada” e reverteu a política de venda de ativos, montando um plano para garantir o futuro.

Oito presidentes em oito anos. Magda Chambriard será a oitava presidente da Petrobras desde 2016. Foram dois na gestão Michel Temer (PMDB); quatro no governo Jair Bolsonaro (PL); e agora dois no governo Lula (PT).

Na ordem: Pedro Parente, Ivan Monteiro, Roberto Castello Branco, Joaquim Silva e Luna, José Mauro Coelho, Caio Paes de Andrade, João Henrique Rittershausen e Jean Paul Prates.

Relacionamento com Pietro Mendes. A ida de Magda Chambriard para o comando da Petrobras trouxe à tona o episódio em que o atual presidente do conselho da petroleira, Pietro Mendes, foi afastado da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomustíveis (ANP) em 2013, quando a agência era comandada pela executiva.

Petróleo em alta. Os contratos futuros da commodity subiram nesta quarta-feira (15/5) com a desvalorização do dólar e uma queda dos estoques dos EUA maior do que a esperada.

– Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para junho fechou em alta de 0,78% (US\$ 0,61), a US\$ 78,63 por barril. Na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent para julho teve ganho de 0,45% (US\$ 0,37), a US\$ 82,75 por barril.

IEA reduz previsão de demanda por petróleo. A Agência Internacional de Energia reduziu a previsão de crescimento da demanda global de petróleo em 2024 para 1,1 milhão de barris por dia, 140 mil bpd abaixo da previsão anterior, devido à atividade fraca nos países da OCDE, informou a S&P Global. A OPEC+ decidirá sobre cortes de produção em junho, com a oferta global projetada para subir 580 mil b/d.

Exxon encontra petróleo em Angola. A ExxonMobil encontrou petróleo no poço Likembe-01 no Bloco 15 de Angola, dois anos após a descoberta em Bavuca South-1, conforme fontes disseram à S&P Global. O poço, perfurado entre fevereiro e abril, faz parte de uma iniciativa para aumentar a produção e reverter o declínio recente.

Diálogos da Transição. De olho no potencial do mercado livre para a baixa tensão, a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) defende a abertura total a partir de 2026 combinada com estratégias para tornar o consumidor um participante mais ativo do movimento de transição energética. Entenda.

Auren compra AES Brasil e vira 3ª maior geradora de energia. A empresa resultante terá 39 ativos, com portfólio de 8,8 GW de geração de energia totalmente renovável, e será a terceira maior geradora do país, atrás de Eletrobras (44,6 GW) e Engie (10,7 GW). Leia na epbr.

Fazenda defende cautela em incentivos para hidrogênio. O diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Gustavo Henrique Ferreira, defendeu cautela na concessão de incentivos, durante leitura do novo relatório do senador Otto Alencar (PSD/BA), do PL 2308/2023 (PL do Hidrogênio), nesta terça (14/5). Leia na epbr.

Itaipu vai investir em linha de transmissão da Eletrobras. A hidrelétrica de Itaipu Binacional investirá R\$ 1,9 bilhão na modernização da linha de transmissão HVDC de Furnas, subsidiária da Eletrobras, através de um convênio técnico-financeiro, segundo o Valor. O sistema, vital para a segurança energética do Brasil, opera desde 1984 e precisa de atualização devido a equipamentos ultrapassados.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/05/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

REFINARIAS, GÁS NATURAL E ENERGIAS RENOVÁVEIS: VEJA OS INVESTIMENTOS QUE LULA QUER ACELERAR NA PETROBRAS

Nova presidente da estatal escolhida pelo presidente foi apresentada pelo ministro de Minas e Energia à agenda de projetos que o governo avalia como importantes para impulsionar economia

Por Bloomberg — Brasília e Rio



Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco — Foto: Divulgação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pede que a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, acelere o ritmo de investimentos em refinarias e gás natural, depois da demissão de Jean Paul Prates do comando da estatal na noite de terça-feira, disseram pessoas familiarizadas com os planos do Palácio do Planalto.

A mudança encerrou meses de especulação de que os dias de Prates à frente da empresa estavam contados.

A sua substituição pela nova CEO também deu origem a novas preocupações de que a gigante petrolífera acabe financiando uma política industrial mais ampla à custa dos acionistas.

Petrobras: Magda terá a missão de acelerar obras, mas sem 'carta branca' para escolher diretoria Foz do Amazonas, obras em refinarias, 'estaleiros lotados': o que pensa Magda Chambriard, que vai assumir a Petrobras

Lula estava insatisfeito com a liderança de Prates e, em particular, com a sua forma de lidar com o plano estratégico de US\$ 102 bilhões da empresa, disseram as pessoas, que pediram anonimato por se tratar de assuntos internos.

Com a economia caminhando a passos lentos, o presidente mira os US\$ 17 bilhões que o plano destina para investimentos em refinarias e os US\$ 9 bilhões que prevê para o gás natural e energias renováveis como oportunidades chave para dar ao Brasil uma injeção de ânimo.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a futura presidente da Petrobras, Magda Chambriard — Foto: Fotos de Evaristo Sá/AFP e Charles Sholl/Brazil Photo Press

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, crítico frequente de Prates, transmitiu a missão a Magda Chambriard em uma reunião na manhã de quarta-feira que ocorreu antes mesmo de o conselho da Petrobras demitir formalmente o antigo CEO.

Segundo o ministro Chefe da Casa Civil, Rui Costa, o presidente Lula entendeu que era hora de acelerar alguns aspectos, inclusive os investimentos da Petrobras, disse em entrevista à TV na noite de quarta-feira.



Silveira e Magda também discutiram a política de preços de combustíveis da Petrobras – outro ponto de discórdia entre Lula e Prates – e os planos da empresa para explorar petróleo na Margem Equatorial, uma região ambientalmente sensível perto da foz do Rio Amazonas, segundo as pessoas.

A nomeação de uma CEO vista como estreitamente alinhada com a administração de Lula aprofundou, no entanto, as preocupações entre os investidores, que já estavam receosos do aumento da intervenção governamental nas empresas estatais e de cortes nos pagamentos de dividendos extraordinários que os acionistas passaram a esperar cada vez mais.

Magda liderou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sob o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Costa e Silveira foram a favor de sua escolha e foram os únicos dois ministros presentes quando Lula demitiu Prates, segundo pessoas com conhecimento do assunto, o que sugere que a influência de ambos sobre a companhia petrolífera tem crescido.

O diretor financeiro, Sergio Caetano Leite, também foi demitido e há uma ampla expectativa de que Magda faça novas mudanças na diretoria executiva, embora não esteja claro quanta independência ela terá nas nomeações.

Grandes desafios

Apesar da proximidade com o governo, Magda deverá enfrentar obstáculos significativos no seu trabalho. Embora a Petrobras seja controlada pelo governo, também tem acionistas privados, e equilibrar os desejos de ambos — juntamente com as necessidades dos consumidores sensíveis às mudanças nos preços dos combustíveis — coloca o seu CEO numa situação delicada.

Atender às exigências de Lula para acelerar os investimentos será difícil numa região onde as expansões das refinarias enfrentam regularmente atrasos e ultrapassam o orçamento. E um plano de investimentos tão grande como o da Petrobras envolve desafios burocráticos que podem retardar o desembolso de recursos.

A lista de tarefas de Magda também inclui negócios pendentes envolvendo a Petrobras. O mais complicado é o papel da empresa no futuro da produtora petroquímica Braskem, que tem a Petrobras como seu segundo maior acionista.

Lula quer que a gigante do petróleo reforce sua presença no segmento. A Novonor, a problemática acionista controladora da Braskem, tem lutado para encontrar um comprador para sua participação, e a Petrobras não descartou adquiri-la para evitar a deterioração do ativo.

A Petrobras também negocia o seu retorno à gestão da refinaria Acelen, anteriormente conhecida como RLAM, no nordeste do estado da Bahia. A empresa foi vendida para a Mubadala de Abu Dhabi em 2021. Os grupos estão em negociações e a estatal espera ter um novo modelo de negócios definido até o final do primeiro semestre de 2024.

A companhia é também fonte de opiniões divergentes dentro do governo que está, ao mesmo tempo, tentando aumentar a produção de petróleo e priorizando sua agenda ambiental, incluindo tentativas de promover uma transição verde da economia do Brasil.

Os planos de explorar petróleo na Margem Equatorial, em particular, provocaram disputas internas entre os defensores da perfuração e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a cara do governo no impulso climático de Lula.

Chambriard, engenheira de formação que começou a trabalhar na Petrobras na década de 1980, alinha-se com a parcela do governo que considera o aumento da produção na região essencial para financiar os esforços de transição energética de Lula.

REMUNERAÇÃO DE CONTEÚDO É UM DOS PRINCIPAIS PONTOS DA REGULAÇÃO DE IA, DIZ RELATOR

Preocupação é evitar desinformação e violação de direitos autorais
Por *Camila Turtelli* — *Brasília*



O senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto de regulamentação da Inteligência Artificial — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto que regulamenta a aplicação da Inteligência Artificial (IA) no Brasil, afirma ter certeza de que o Congresso brasileiro irá aprovar o conjunto de regras para essa tecnologia. Gomes disse ainda que a remuneração pelo uso de obras protegidas por direitos autorais na construção de ferramentas de IA é um dos principais pontos do texto, que ele pretende votar até junho.

— Essa discussão tem consequências econômicas, sociais e humanas. É um tema difícil, mas a história vive de temas difíceis. Eu tenho certeza de que nós vamos regular a Inteligência Artificial. É um tema difícil, mas que precisa ser enfrentado — disse o Senador.

O projeto é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A proposta cria o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial, uma estrutura para implementar e fiscalizar o cumprimento da lei.

Pelo texto, essa autoridade, chamada de SIA, estabelecerá um ambiente regulatório para tratar da remuneração e transparência em relação a conteúdo protegido por direitos autorais utilizados no desenvolvimento de sistemas de Inteligências Artificiais disponibilizados com finalidade comercial.

Na lista de produções que trata a lei estão, por exemplo, publicações jornalísticas e demais conteúdos protegidos por direitos autorais.

— Eu considero esse um dos principais pontos do projeto porque tem que defender propriedade intelectual, o direito autoral. Por mais tecnologia que exista, o conteúdo é produzido a partir da capacidade de criação humana. Não faz o menor sentido que não tenha isso. Essa é uma discussão mundial — disse o senador.

Gomes afirma que o risco de não regulamentar a Inteligência Artificial é maior do que simplesmente não tratar do assunto.

— Deixar de regular, não ter nenhuma regulação, é ter mais riscos. Com a inteligência artificial, o maior risco é não correr riscos. Acaba comprando o risco dos outros — argumentou.

O projeto estabelece que a remuneração a ser paga aos titulares de direitos autorais irá considerar o grau de utilização do conteúdo. Diz também que o titular dos direitos poderá autorizar a utilização das obras de forma gratuita ou mediante pagamento.

Nesta semana, o Google anunciou que vai levar a Inteligência Artificial generativa para a sua ferramenta de buscas, responsável por 90% das pesquisas feitas em internet no mundo.

Assim, ao pesquisar um assunto, o usuário de internet terá respostas elaboradas por IA, muitas vezes sem que os links originais dos produtores desses conteúdos estejam claramente visíveis no resultado.



O anúncio do Google preocupou o setor de mídia no Brasil. O presidente-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, disse que “as mais graves preocupações da indústria jornalística estão se materializando” e que vê a nova ferramenta da companhia como uma “ameaça à sustentabilidade do jornalismo”.

— O Google vai apresentar resumos para as respostas dos usuários. Ainda que pretenda oferecer secundariamente links para quem deseja saber mais, é uma clara desvalorização das fontes originais que produzem aquele conteúdo — disse Rech.

Análise da consultoria Gartner, especializada em tecnologia, prevê que o volume de tráfego para publicações jornalísticas vindo dos mecanismos de busca vai cair 25% até 2026 com a proliferação dos sistemas de IA generativa. Em entrevista ao Washington Post, Ross Hudgens, CEO da Siege Media, consultoria especializada em SEO (ou otimização dos mecanismos de busca), estimou um impacto de 10% a 20%, podendo ser ainda maior, a depender do veículo.

Outra preocupação de especialistas é com a possibilidade de isso ampliar a desinformação.

O relator do projeto que tramita no Senado afirmou que essa a massificação do uso da IA generativa, que ganhará impulso com sua adoção pelo Google, será levada em consideração na elaboração do relatório definitivo.

Relatório apresentado

O senador apresentou uma versão preliminar do seu parecer no mês passado e abriu novo prazo para receber sugestões. Ele afirma que entre as recomendações recebidas, até agora, há o debate sobre o uso da IA generativa em sites de buscas, mas evitou entrar em detalhes. A IA generativa é usada para criar novos conteúdos, como texto, imagens, música, áudio e vídeos, a partir de fragmentos desses conteúdos disponíveis na internet.

O relator irá receber sugestões até o dia 5 de junho e quer apresentar novo relatório no dia 10.

A proposta diz também que não constitui ofensa aos direitos autorais a utilização de conteúdos protegidos no desenvolvimento de sistemas de inteligências artificial por organizações e instituições de pesquisa, jornalismo, museus, arquivos, bibliotecas e educacionais, desde que não tenha fins comerciais.

O projeto foi elaborado a partir de sugestões de uma comissão composta por estudiosos do Direito. Inicialmente, a comissão acabaria no final de abril, mas o funcionamento dela foi prorrogado para dia 23 de maio. O texto define diretrizes para o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil.

A aprovação do texto é uma das prioridades de Pacheco.

— São 45 artigos basicamente, justamente para que haja um limite em relação à Inteligência Artificial, não só para as eleições que se avizinham, municipais e as outras eleições, mas para a nossa convivência, a convivência entre homens e mulheres, entre instituições, de haver uma disciplina em relação a esse tema, também então uma lei que deve ser entregue em breve pelo Congresso Nacional à sociedade brasileira — disse Pacheco no início do ano.

Outras propostas

Há ainda outros projetos em tramitação no Congresso Nacional que preveem a remuneração de conteúdos jornalísticos e artísticos veiculados em plataformas digitais. Um deles está na Câmara sob a relatoria do deputado Elmar Nascimento (União-BA).

O texto prevê que as plataformas com mais de 2 milhões de usuários no Brasil façam pagamentos às empresas responsáveis pelo conteúdo pela veiculação de textos, vídeos, áudios ou imagens. O texto pontua que “em nenhuma hipótese a remuneração poderá onerar o usuário que compartilhou a informação”.



Atualmente, a legislação protege obras intelectuais, musicais e audiovisuais veiculadas em ambiente digital, prevendo a remuneração dos seus titulares. Porém, a legislação de Direitos Autorais é anterior ao surgimento de novos tipos de plataforma. Nascimento argumenta que isso abre espaço para plataformas regulamentarem “unilateralmente” a lei em sua aplicação no ambiente digital, o que gera remunerações “baixas ou nulas”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/05/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

JULGAMENTO NO STF PODE ‘DISCIPLINAR’ GASTO PÚBLICO AO EXIGIR COMPENSAÇÃO PARA NOVAS DESPESAS

Voto de Zanin, já seguido por outros quatro ministros, obriga Congresso e governo a apresentar fontes de receitas para projetos que aumentem gastos; para economista, impacto da provável decisão no mercado deve ser modesto porque falta ao governo cortar gastos obrigatórios

Por Alvaro Gribel, Daniel Weterman e Mariana Carneiro

BRASÍLIA - O Ministério da Fazenda já não vê com preocupação o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha dos 17 setores da economia intensivos em mão de obra, ao mesmo tempo em que negocia com o Congresso e as prefeituras o formato final para os municípios. Mais importante do que esses dois temas, em si, segundo integrantes da pasta, do Congresso e de órgãos de controle, é a consolidação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da tese de que é preciso apresentar formas de compensação para toda nova renúncia de arrecadação ou aumento de gastos obrigatórios aprovados no Congresso. O entendimento vale tanto para propostas enviadas pelo Executivo quanto para aquelas que têm como autor algum parlamentar.

A Advocacia-Geral da União (AGU) avalia como “emblemático” o placar atual, de 5 a 0, com votos dos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Edson Fachin a favor do pedido do governo. Se o julgamento for concluído seguindo esse entendimento, a visão da equipe econômica é de que isso vai fortalecer a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e promover o que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem chamando de novo “pacto federativo” entre os Poderes na área fiscal.

O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro Luiz Fux. A liminar de Zanin está em vigor, mas, em caso de formação da maioria, será criada a jurisprudência. De acordo com o seu voto, seguido pelos outros quatro ministros da Corte, todos os projetos de lei aprovados pelo Congresso que promovam renúncias fiscais ou determinem gastos obrigatórios terão de apresentar não só estimativas de impacto, mas também as fontes de receita.

Isso já é exigido não só pelo artigo 14 da LRF, mas também pela Lei do Teto de Gastos, do governo Michel Temer - que foi revogada, mas manteve essa obrigatoriedade. Nem sempre, no entanto, a norma vinha sendo respeitada. Com a decisão do plenário do Supremo, Congresso e governo serão obrigados a cumprir essas exigências. No caso da reoneração da folha, será preciso aprovar o acordo pelo Congresso e também uma Medida Provisória com a compensação necessária à perda da receita - medida que ainda não foi enviada pelo governo Lula, mas que deve ser aumento de tributos.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (E), ao lado do presidente do STF, Luiz Roberto Barroso (C) e do presidente Lula Foto: Wilton Junior/Estadão

A interlocutores, Haddad tem dito que, se o entendimento do STF for consolidado, terá efeito sobre o mercado financeiro, com impacto sobre a curva de juros e o dólar, mas que a informação ainda não foi completamente assimilada pelos investidores. O Executivo terá o poder de declarar uma lei aprovada pelo Congresso como “ineficaz”, segundo integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU), até que seja apresentada a fonte de custeio, em caso de aumento de gastos obrigatórios. Na outra ponta, o Legislativo pode barrar alguma proposta enviada pelo governo sem cumprir a mesma exigência.

O economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, especialista em contas públicas, vê avanço no que deve ser a conclusão do STF por consolidar uma “interpretação austera” da LRF, mas explica que o impacto é contido entre os investidores porque o governo não apresenta um programa efetivo de revisão de gastos obrigatórios, com salários e Previdência, por exemplo. “O mercado está muito mais preocupado com a falta de iniciativa do governo em atacar a agenda de despesa obrigatória. Sem isso, todo o resto fica meio que escamoteado ou sem gerar ânimo, salvo melhor juízo”, afirmou.

Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, um novo entendimento do STF sobre o gasto público é o “ganho colateral” da decisão do governo de judicializar o tema. “O STF vai criar a jurisprudência, o que, na verdade, já deveria ser feito, mas não é. O Legislativo vai ter de pensar duas vezes antes de criar novas despesas”, afirmou. O Executivo federal tem recorrido ao Judiciário para evitar perdas econômicas, como a revisão do vida toda do INSS, e também em assuntos não econômicos, incluindo o vazamento de e-mails e informações sigilosas que ficou conhecido como “Twitter Files Brasil”.

O consultor de orçamentos do Senado e doutor em Direito pela Universidade de Brasília Helder Rebouças diz que, caso o STF forme maioria, a tese terá também de ser aplicada para Estados e municípios, com benefício também para as finanças municipais e estaduais.

“A decisão do STF cria verdadeira jurisprudência de responsabilidade fiscal também pela ótica da receita, como preconiza a LRF, para que, nos casos de outras renúncias, sejam efetivamente cumpridas e levadas a sério as exigências legais de demonstração dos impactos financeiros e da indicação expressa das medidas de compensação. Mais importante: a decisão se aplica à União, aos Estados e aos municípios”, afirmou.

Governo tem que ser cobrado com o mesmo rigor, defende Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou recentemente que o cerco aos projetos do Congresso tem que ser seguido pelo próprio governo. “O governo federal leva um rigor normativo, que eu inclusive aponte que não procede no projeto da desoneração, que não se sabe se foi adotado em relação a outros tantos projetos do próprio governo e em medidas provisórias”, disse Pacheco em coletiva de imprensa no dia 30 de abril.

O argumento dos advogados do Senado é que a prorrogação da desoneração aos 17 setores não era um novo benefício, tese que foi usada pelo ministro aposentado Ricardo Lewandowski, atualmente chefe do Ministério da Justiça e Segurança Pública do presidente Lula, na extensão do benefício. Além disso, segundo os advogados, haveria , “inequívoco espaço fiscal para que seja acomodada sem risco de prejuízo ao interesse público”.

Para Pacheco, ao adotar o rigor técnico, o governo abriu caminho para ser cobrado da mesma forma em propostas de interesse do Palácio do Planalto. “Acaba criando uma vulnerabilidade, um precedente, de qualquer parlamentar provocar, em relação a qualquer projeto de lei ou medida



provisória, ausência daqueles requisitos invocados pela AGU como descumpridos na desoneração”, disse o presidente do Senado.

Após o acordo feito em torno da desoneração da folha salarial dos 17 setores, a preocupação é como ficarão outros projetos daqui para frente. “Se todo mundo colocar a conta e não disser de onde saiu o pagamento, vai ficar um monte de cheque sem fundo voando por aí”, afirmou Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP).

A exigência de apontar fontes de recursos para medidas de perda de receitas está na mesa de negociação da desoneração da folha salarial para os municípios. Ao sugerir que os prefeitos apresentassem uma contraproposta para o governo, Pacheco afirmou que a discussão precisa ser feita “sempre apresentando a fonte de compensação”.

A avaliação do governo e de parlamentares é que a pandemia de covid-19 deixou um legado negativo para a responsabilidade fiscal. Como as medidas emergenciais não precisaram respeitar a necessidade de compensação fiscal (por causa da excepcionalidade do momento e da vigência do orçamento de guerra), a percepção é que o instrumento da LRF ficou banalizado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/05/2024

DESONERAÇÃO DE MUNICÍPIOS SERÁ MANTIDA, COM VOLTA GRADUAL DE IMPOSTO A PARTIR DE 2025, DIZ PACHECO

Segundo presidente do Senado, Haddad se comprometeu a apresentar proposta que compense a renúncia fiscal; impacto para as contas da União pode chegar a R\$ 7,2 bilhões

Por Giordanna Neves (Broadcast) e Gabriel Hirabahasi (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou nesta quinta-feira, 16, que será mantida a desoneração da folha de salários dos municípios este ano e, a partir de 2025, haverá uma reintegração gradual da alíquota do imposto. O acordo foi fechado durante reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os critérios para a reoneração nos próximos anos ainda não foram definidos.

Segundo o presidente do Senado, Haddad assumiu compromisso de apresentar uma proposta que compense a renúncia fiscal. O impacto às contas da União, segundo Pacheco, pode chegar a R\$ 7,2 bilhões, segundo dados apresentados pelo Ministério da Fazenda.

“O ministro Haddad garantiu a apresentação da compensação financeira orçamentária para que essa medida seja tomada. No final das contas, se tem um indicativo de que o valor é muito menor do que se previa em relação a essa questão da desoneração da folha dos municípios”, disse, sem citar números.

No ano passado, o Congresso reduziu de 20% para 8% a alíquota para municípios com até 156,2 mil habitantes. A medida foi, no entanto, suspensa por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, em 26 de abril, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo governo questionando trechos da lei da desoneração.

Além da medida envolvendo a desoneração, Pacheco afirmou que o Congresso tem buscado junto ao Executivo um pacote robusto para atender as demandas dos prefeitos. As propostas que tiveram anuência de Haddad envolvem, por exemplo, renegociação das dívidas previdenciárias com alongamento no pagamento e redução no indexador de juros, com patamar abaixo da Selic. Também está na agenda a limitação no pagamento dos precatórios.



Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, se opôs ao governo na questão da desoneração da folha de pagamento dos municípios Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

“Considero que a grande maioria das demandas dos municípios estão sendo atendidas pelo governo”, avaliou o presidente do Senado.

Pacheco reconheceu o papel do governo na condução do diálogo com as prefeituras e disse que as soluções tomadas são amplas para todos os municípios. A manutenção da desoneração em 2024, segundo ele, atende inclusive as cidades do Rio Grande do Sul, que foram atingidas pelas fortes chuvas.

‘Sensibilidade’ do STF

Pacheco disse ainda contar com a sensibilidade do STF sobre o acordo firmado entre Congresso e governo para manutenção da desoneração da folha dos 17 setores este ano e retomada gradual da alíquota cheia do imposto a partir do ano que vem.

Ele disse que o projeto de lei apresentado pelo líder do União Brasil, senador Efraim Filho (PB), prevendo os termos do acordo firmado com governo sobre desoneração, será votado em breve. O texto será relatado pelo líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA). Ele deu destaque ainda à sensibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na construção de uma solução em torno da proposta.

A prorrogação da desoneração dos 17 setores, aprovada no ano passado pelo Congresso, está suspensa por liminar de Zanin. Com a decisão do magistrado, fica valendo a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários, e não a taxa de 1% a 4,5% sobre a receita bruta como prevê a política aprovada durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A desoneração resulta em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida por milhares de empresas que empregam mais de 9 milhões de pessoas.

Na semana passada, Haddad anunciou que o governo vai respeitar a decisão do Congresso Nacional de manter até 2027 a política de desoneração da folha dos 17 setores, mas estabelecendo uma espécie de “phase out”, ou seja, reoneração gradual a partir de 2025, com aumento de ¼ da alíquota a cada ano. Pelo acordo, seria alíquota de 5% em 2025; de 10% em 2026; e de 15% em 2027. Já em 2028 será retomada a alíquota cheia, de 20%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/05/2024

OPINIÃO - JONDA DE PROTECIONISMO GLOBAL DEVE ESCANTEAR AINDA MAIS A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Há muita coisa nova a desenvolver no Brasil, especialmente a partir da transição energética, mas governo Lula segue adotando uma política arcaica para a indústria nacional

Por Celso Ming

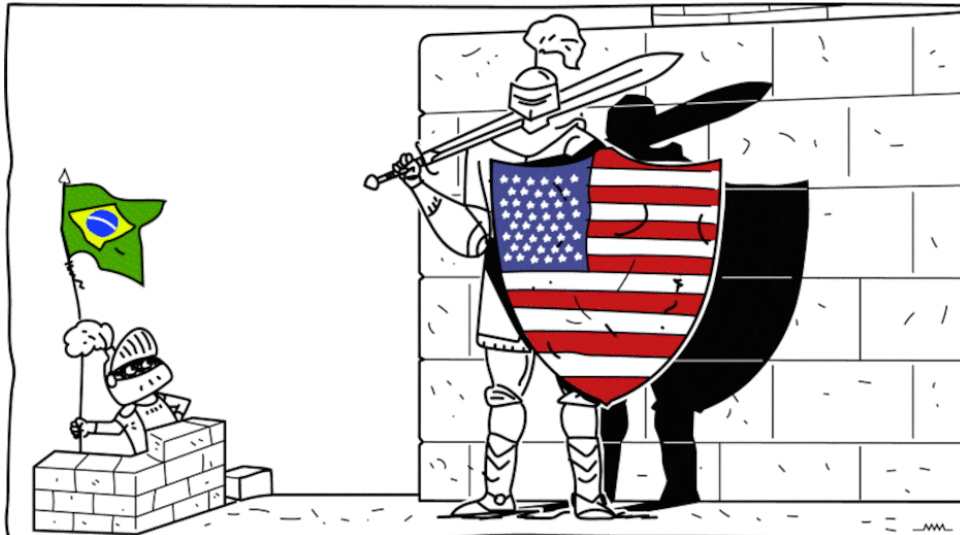
O mundo está ficando fortemente protecionista e cria um novo problema de política econômica para o Brasil. O produto brasileiro já não vai competir apenas com um produto produzido por economias liberais. O protecionismo brasileiro terá agora de competir também com o protecionismo dos outros.

Nesta segunda-feira, o presidente Joe Biden, dos Estados Unidos, sobretaxou em 100% os carros elétricos da China. Não ficou só nisso. Aumentou substancialmente as tarifas de importação de semicondutores, baterias elétricas, painéis solares e minerais estratégicos.

O alvo geral não é apenas o produto chinês. A última edição da revista The Economist publicou matéria de capa sobre o “desmoronamento da ordem global liberal”. Lá foi relatada a escalada da guerra de subsídios entre países; a fragmentação dos fluxos globais de capital; a perda de relevância das instituições de salvaguarda do sistema liberal, como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Conselho de Segurança da ONU. Até mesmo as decisões da Corte Internacional de Justiça, de Haia, não vêm sendo respeitadas.

Esse movimento de retranca tem a ver com muita coisa. Tem a ver, por exemplo, com a perda de hegemonia relativa da principal potência até aqui, os Estados Unidos. Também com a ascensão da China como grande potência econômica e política; e poderá ter muito a ver com a necessidade de uma rápida transição energética, dos combustíveis fósseis para os combustíveis limpos.

Até agora, a ordem econômica liberal construída ao longo do século 20 coincidiu com o interesse maior, de expansão da economia dos Estados Unidos ao redor do mundo. Mas há anos a indústria norte-americana não consegue mais competir com mercadorias de procedência asiática produzidas com mão de obra muito mais barata. Muitas indústrias do Ocidente migraram para a Ásia para achataram custos, com impacto sobre o PIB dos seus países. Agora, a China vem desenvolvendo novas tecnologias, mais baratas e mais eficientes.



Indústria brasileira sentirá ainda mais dificuldades em vender seus produtos no mercado externo com as economias liberais adotando políticas protecionistas

O Brasil também vem sentindo o baque da entrada de produtos asiáticos. A indústria de transformação, historicamente tão protegida, continua desmilinguindo inexoravelmente e segue pedindo mais proteção.

Há muita coisa nova a desenvolver no Brasil, especialmente a partir das novas bases da transição energética. No entanto, o governo Lula não consegue fazer outra coisa senão seguir o figurino antigo, que já deu o que tinha de dar e que, a partir dos anos 1990, começou a dar errado. Distribui subsídios, desonerações, reservas de mercado, um perdão fiscal emendado no outro (Refis) e obriga a Petrobras a despejar dinheiro na falida indústria naval, em refinarias e em centrais petroquímicas.

Pior, até agora nem sequer entendeu que não tem condições mínimas de montar protecionismo capaz de competir com o protecionismo dos outros.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/05/2024

3R PETROLEUM E ENAUTA DEVEM ANUNCIAR FUSÃO; NEGÓCIO CRIA SEGUNDA MAIOR OPERADORA DO PAÍS

Petroleira surgida após fusão terá capacidade de produção imediata de 100 mil barris por dia, podendo chegar a 120 mil em 2025, e Ebitda de R\$ 10 bilhões

Por Gabriel Vasconcelos (Broadcast)

RIO - As petroleiras 3R Petroleum e Enauta devem anunciar uma fusão nesta quinta-feira, 16, segundo pessoas a par das tratativas. Caso o negócio seja confirmado, a nova empresa será a segunda ou terceira maior operadora do País, ao lado da Equinor. Ela deverá ultrapassar a Prio e ficar atrás apenas da Petrobras.

O acordo, se confirmado, será submetido a assembleias de acionistas de ambas as partes, o que abre espaço para uma conclusão da fusão ainda em junho ou na virada do semestre, dizem pessoas próximas às negociações.

O negócio prevê a incorporação da totalidade das ações da Enauta pela 3R, com os acionistas da Enauta recebendo ações da 3R. Na empresa combinada, os acionistas da 3R ficarão com 53% de participação, enquanto os da Enauta, com 47%. Os termos seriam, portanto, os mesmos do Memorando de Entendimentos (MOU) assinado em 9 de abril.

Executivos da 3R e Enauta calculam uma sinergia (ganhos de operação) para o negócio na casa de US\$ 1 bilhão. Nas últimas semanas, analistas têm listado em relatórios ganhos envolvendo realocações de dívidas, recuperações fiscais, melhores condições de venda de petróleo e redução de custos operacionais, entre outros.



Macau, operado pela 3R Petroleum no Rio Grande do Norte; fusão deve tornar a empresa a segunda maior do País Foto: Divulgação/3R Petroleum

Na quarta-feira, 15, a 3R chegou a comunicar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que o processo de fusão com a Enauta seguia em fase de diligência confirmatória.

Nova empresa

A fusão da 3R com a Enauta vai criar uma petroleira independente forte, com capacidade de produção imediata de 100 mil barris por dia, que pode chegar a 120 mil barris por dia em 2025, com Ebitda que vai somar R\$ 10 bilhões.

Conforme apurou o Estadão/Broadcast, haveria consenso entre as partes para que o presidente da nova companhia seja Décio Oddone, atual presidente da Enauta e ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/05/2024

ZANIN QUESTIONA SE CONGRESSO CONSEGUE VOTAR ACORDO DE DESONERAÇÃO EM 60 DIAS

Expectativa das empresas é que o ministro suspenda a liminar que derrubou a desoneração até a próxima segunda-feira, 20, data de pagamento da contribuição patronal

Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), intimou o Congresso a se manifestar sobre a viabilidade de aprovar em até 60 dias o projeto de lei (PL) que contempla o acordo entre Executivo e Legislativo sobre a desoneração da folha de pagamentos.

O ministro disse que a manifestação deve ser feita no "prazo legal", que costuma ser de cinco dias. A expectativa das empresas é que o ministro suspenda a liminar que derrubou a desoneração até a próxima segunda-feira, 20, data de pagamento da contribuição patronal.

Na quarta, 15, a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao ministro para suspender por 60 dias a liminar. No pedido, o órgão solicita que a decisão de Zanin volte a valer caso a proposta não avance no Congresso.

O processo foi ajuizado pelo governo em abril, sob o argumento de que o PL que prorrogou a desoneração, aprovado no fim do ano passado, não apontava a fonte dos recursos para bancar a medida.



Zanin é o relator da disputa pela desoneração da folha de pagamento no STF Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

A desoneração é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida por milhares de empresas que empregam mais de 9 milhões de pessoas.

Na semana passada, o governo e o Congresso fecharam um acordo que prevê a reoneração gradual da folha de pagamento das empresas até 2028. Um novo projeto de lei sobre o assunto, com os termos do acordo, foi protocolado nesta quarta no Senado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/05/2024

EMPRESAS AGUARDAM DECISÃO DE ZANIN QUE RESTAURA DESONERAÇÃO DA FOLHA

Se decisão não for proferida até 20 de maio, empresas deverão pagar contribuição patronal de 20% sobre as folhas de pagamento, e não as alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta
Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA - Empresas dos 17 setores impactados pela reoneração da folha de pagamento aguardam uma decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), para restaurar a desoneração antes do dia 20, data em que será feito o primeiro pagamento da alíquota mais alta. Uma fonte da Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou à reportagem que não há uma sinalização concreta de data, mas que a decisão deve sair em breve.

Se a decisão não for proferida até o dia 20, as empresas deverão pagar a contribuição patronal de 20% sobre as folhas de pagamento, e não as alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Diante da incerteza sobre a questão, a Receita Federal emitiu comunicado na quarta-feira, 15, afirmando que as empresas poderão corrigir a declaração de pagamento, cujo prazo de entrega era na própria quarta, caso a desoneração volte a vigorar. Advogados ouvidos pela reportagem viram a medida como insuficiente, já que só tem resultado prático até o dia 20.



Ministro Cristiano Zanin, do STF Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

“Se a suspensão da decisão não sair antes do pagamento, teremos um problema, porque o pagamento terá sido feito de acordo com os termos da decisão original do ministro Zanin. Para que a Receita tenha que devolver, essa determinação teria que partir da ação no STF”, observa a tributarista Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados.

Uma parte das empresas deve tentar realizar o pagamento no dia 20 como se a desoneração já estivesse em vigor, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Essa é uma forma de apostar que o acordo entre o Congresso e o Executivo terá sucesso.

“Agora, está todo mundo verificando qual é a melhor forma de pagar o valor da desoneração, ou seja, a alíquota menor do que o valor sobre a folha, e de declarar isso corretamente. Então, na verdade, temos mais dúvidas do que soluções. Mas o que temos visto é que as empresas não querem fazer o pagamento sobre a folha, querem pagar realmente o valor da desoneração”, afirmou à reportagem o tributarista Gustavo Taparelli, sócio da Abe Advogados.

Essa opção, contudo, traz um risco para as empresas. “Se o recolhimento for menor, e depois manter a tributação sobre a folha (carga mais alta), em tese o contribuinte estaria em atraso, teria que recolher com juros e, eventualmente, com multa, a depender da situação”, avalia o advogado.

Na noite de quarta, a AGU pediu ao ministro Zanin a suspensão por 60 dias da liminar que suspendeu a desoneração. No pedido, o governo solicita que a liminar de Zanin volte a valer após 60 dias, caso a proposta não avance no Congresso.

Na semana passada, o governo e o Congresso fecharam um acordo que prevê a reoneração gradual da folha de pagamento das empresas até 2028. Um novo projeto de lei sobre o assunto, com os termos do acordo, foi protocolado na quarta-feira, 15, no Senado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/05/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

ANTT APROVA NOVO EDITAL DE LEILÃO DA BR-381 COM EXCLUSÃO DE TRECHO PROBLEMÁTICO

Após tentativas frustradas de concessão, a rodovia voltará a ser ofertada com ajustes no contrato com a mitigação de riscos para investidor

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



— Foto: Pixabay

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou nesta quinta-feira (16) o edital de concessão do trecho de 303,4 quilômetros da BR-381, entre as cidades mineiras de Belo Horizonte e Governador Valadares. Após tentativas frustradas de concessão, a rodovia voltará a ser ofertada com ajustes no contrato com a mitigação de riscos para investidor.

O edital de licitação deve ser publicado na sexta-feira (17) no "Diário Oficial da União" e o leilão está programado para o dia 29 de agosto. O governo já havia tentado fazer a concessão desse trecho à iniciativa privada já na gestão Lula 3, no ano passado, e durante o mandato de Jair Bolsonaro.

De acordo com a agência, a concessão da BR-381 envolve investimento de mais de R\$ 9 bilhões para garantir "mais fluidez e segurança na rodovia", com prazo contratual de 30 anos. O órgão ressalta que a rodovia "desempenha um papel fundamental no fluxo logístico e econômico de Minas Gerais e do país".

Entre as principais melhorias planejadas estão a conclusão de 27,83 quilômetros de duplicação remanescente e mais 106,44 quilômetros de duplicação de novos trechos. A concessionária deverá implantar ainda quase 83 quilômetros de faixas adicionais, 9,7 quilômetros de vias marginais, 20 passarelas, 15 passagens de fauna e uma rampa de escape.

"Serão promovidas melhorias na qualidade do serviço e capacidade, incluindo correções de traçado, pavimentação, entre outros. É importante esclarecer que, assim que a concessão iniciar, o processo de trabalhos iniciais começará, e em poucos meses já serão perceptíveis melhorias no asfalto e na sinalização, o que permitirá uma redução nos acidentes", destacou o diretor-relator do projeto, Guilherme Theo Sampaio, conforme nota divulgada pela ANTT. A agência estima que a concessão da BR-381 tem o potencial de gerar 73 mil empregos diretos.

Para garantir a atratividade, a nova proposta de concessão da BR-381 "passou por uma revisão abrangente". O principal ajuste no projeto foi a exclusão de trecho da concessão que oferecia maior risco ao investidor. Na nova versão do projeto, esse trajeto terá as obras executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) cujo o edital de contratação foi lançado pelo Ministério dos Transportes no último dia 8.

"Com a mudança, o poder público irá executar, removendo um grande ônus de valores que não eram financiáveis, conforme apontado pelo mercado. É importante ressaltar que, apesar das obras dos Lotes 8 serem executadas pelo DNIT, a concessionária estará presente para a execução de serviços operacionais, de guincho e médicos", explicou Sampaio, em comunicado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/05/2024

PAES APRESENTARÁ AO G20 PROJETO PARA FACILITAR CRÉDITO NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Segundo o prefeito do Rio, o grande desafio do Brasil é conseguir recursos suficientes para investir na prevenção e no mapeamento de possíveis desastres ambientais

Por Camila Zarur e Paula Martini, Valor — Rio



Chuvas no RS deixaram a capital gaúcha e seu entorno debaixo d'água, levando à morte de dezenas de pessoas — Foto: Gilvan Rocha/Agência Brasil

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou que pretende apresentar ao G20, grupo que reúne as economias mais ricas do mundo, uma proposta a fim de facilitar o crédito para que municípios invistam no combate às mudanças climáticas. O chefe do Executivo carioca preside, com a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, e o economista Jeffrey Sachs, a Comissão Global para Finanças Urbanas dos Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Paes, o grande desafio do Brasil é conseguir recursos suficientes para investir na prevenção e no mapeamento de possíveis desastres ambientais. O projeto que será apresentado, diz o prefeito, pretende dar uma solução às cidades.

"A comissão pretende trazer para o G20 uma proposta para que os municípios tenham acesso mais facilitado a crédito internacional para fazer os investimentos necessários para a mudança climática. A gente tem muito dinheiro no mundo, o problema é que os governos, os responsáveis pela execução dessas políticas, não têm acesso a esse dinheiro", disse Paes, em entrevista coletiva no intervalo do evento "G20 no Brasil", produzido por Valor, O Globo e rádio CBN.

“O grande desafio do Brasil é ter capacidade de investimento para que esses projetos [de prevenção e mitigação de desastres] possam ser levados a cabo”, completou o prefeito.



A comissão da qual Paes, Hidalgo e Sachs fazem parte tem como objetivo facilitar o financiamento internacional dos municípios, para que possam alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, as ODS.

O prefeito carioca participou, nessa quinta-feira (16), do painel “Que cidade queremos? Como financiar a transição energética justa e a melhoria de infraestruturas urbanas”. Ao final, Paes reforçou a necessidade de combater o negacionismo climático para enfrentar desastres ambientais como o enfrentado no Rio Grande do Sul, onde fortes chuvas e enchentes deixaram 151 mortes.

“A tragédia no Rio Grande do Sul tem que servir para parar tanto negacionismo e entender que esses fenômenos climáticos extremos, que aconteciam no passado, passam a acontecer com mais frequência, de maneira mais intensa. Portanto, todos nós precisamos ter capacidade de reação, de adaptação, de mitigação dos impactos desses grandes eventos climáticos”, disse.

Parcerias público-privadas

Outro caminho sugerido por Paes para promover medidas de prevenção de desastres é apostar em parcerias público-privadas. O discurso vai na mesma linha do secretário estadual da Casa Civil do Rio, Nicola Miccione, que também participou do painel.

“Não há prevenção nem trabalho de cidade ou de governo, relativo à questão ambiental, que não passe por investimentos privados e públicos. Nós temos que estar em parceria público e privado cada vez mais”, disse Miccione, que também pretende aproveitar o G20 para atrair nos negócios na área para o Estado.

“Se o poder público e o privado não se derem as mãos, a relação será de “perde-perde”, emendou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/05/2024

SANTOS BRASIL RECEBE PRIORIDADE PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2024 - 20:26



Arquivo/Divulgação

Portaria do Ministério de Portos e Aeroportos compreende projeto da empresa para ampliação do Tecon Santos

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) aprovou como prioritário para emissão de debêntures incentivadas, no setor de logística e transporte, o projeto 'SB Tecon Santos', proposto pela empresa Santos Brasil Participações (SBPAR). A decisão tem por objeto o aprimoramento, atualização e ampliação das instalações portuárias, previstos no contrato de arrendamento, além de propiciar o efetivo aumento de capacidade, produtividade e otimização operacional da área arrendada e dos serviços portuários prestados. As debêntures incentivadas permitem às empresas captarem recursos no mercado para financiar projetos de infraestrutura.

O MPor determinou que a Santos Brasil deverá manter atualizadas informações relacionadas às pessoas jurídicas que a integram e à identificação da sociedade controladora, na hipótese de ser constituída sob a forma de companhia aberta com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado acionário. A portaria, publicada no Diário Oficial da União da última quarta-feira (15) possui vigência de dois anos.

A operadora está expandindo a capacidade do Tecon Santos, dos atuais 2,4 milhões de TEUs, para 3 milhões de TEUs até 2031. Os investimentos são da ordem de R\$ 2,6 bilhões, previstos na renovação antecipada do contrato de arrendamento do Tecon Santos. A expansão dos terminais existentes permitirá o aumento do transbordo em Santos e será importante para o futuro do porto.

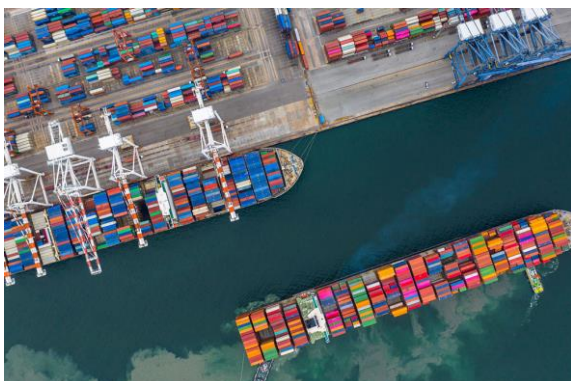
Para 2024, a Santos Brasil prevê investimentos entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões no terminal que permitirão aumentar a capacidade para 2,6 milhões de TEUs até o final de 2025. O ciclo de investimentos no atual projeto de ampliação e modernização do Tecon Santos teve início em 2019. Do total de R\$ 2,6 bilhões previstos, a empresa investiu mais de R\$ 1 bilhão na ampliação do cais, em novos equipamentos elétricos, em sistemas e inteligência artificial para o planejamento e operação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/05/2024

LONGO CURSO PROPÕE ASSEGURAR EM LEI INFRAESTRUTURA PARA ABASTECIMENTO ONSHORE

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 16/05/2024 - 19:35



Arquivo/Divulgação

Diretor do Centronave alerta que descarbonização demanda planejamento e condições adequadas dos terminais para abastecimento de energia e combustíveis eficientes

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) pretende encaminhar uma proposta legislativa para assegurar em lei que os portos brasileiros estejam aptos a receber embarcações, com infraestrutura e condições adequadas para

fornecimento de combustíveis sustentáveis e disponibilidade de eletrificação no cais (onshore power supply). O diretor-executivo do Centronave, Cláudio Loureiro, afirmou que a inexistência de planejamento e de uma política específica condena o Brasil à utilização de navios menos eficientes e consumidores de combustíveis fósseis.

"Descarbonização tem impacto na modelagem da construção de novos terminais, de novos portos e na adaptação dos terminais e portos existentes. Um grande esforço terá que ser feito. Ao contrário do que se possa imaginar, esses navios novos não poderão vir ao Brasil pelo porte, como também pela incapacidade de seu planejamento", alertou Loureiro, na última semana, durante audiência pública sobre a revisão legal da exploração dos portos e instalações portuárias, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí (SC).

O executivo destacou que os associados vêm investindo fortemente em novas embarcações movidos a combustíveis alternativos, como metanol, hidrogênio e amônia, visando o atendimento dessas regulamentações e à crescente conscientização global a respeito das mudanças climáticas. "O problema no Brasil é a completa ausência de política para abastecimento de combustíveis alternativos e para o fornecimento de energia elétrica (eletrificação) no cais", criticou.

Loureiro observa que uma das medidas mais comuns do mundo quando um navio atraca é ser alimentado por eletricidade fornecida pelo cais, e não pelos motores geradores internos da embarcação. Ele enfatizou que o setor de navegação mundial tem metas claras e está trabalhando e investindo milhões de dólares para neutralidade da emissão de carbono até 2050.

"25 anos é uma meta ambiciosa que vai afetar a frota existente e está afetando a frota hoje em construção", afirmou. De acordo com o Centronave, existem no mundo mais de 7 milhões de TEUs de capacidade de novos navios porta-contêineres que estão em construção para entregas entre 2024 e 2026 que incorporam metas de neutralidade de carbono intensas e relevantes, o que representa um recorde mundial.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/05/2024

ANTAQ DESTACA PARTICIPAÇÃO DA NAVEGAÇÃO NA OTC EM HOUSTON

Da Redação NAVEGAÇÃO 16/05/2024 - 18:39



Divulgação

Diretor acredita que presença da agência, pela primeira vez no evento, mostra importância do binômio navio-porto na exploração de O&G. Lima Filho destacou forte representação do segmento de apoio marítimo na delegação brasileira

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) participou pela primeira vez da feira OTC, em Houston, Estados Unidos, realizada entre os últimos dias 6 e 9 de maio. O diretor Wilson Lima Filho, que representou a agência reguladora, acredita que a presença numa das principais feiras mundiais do setor de O&G foi importante porque o binômio navio-porto é fundamental na cadeia logística do petróleo e gás. Ele considera que a experiência também aumentou o relacionamento da autarquia nesta área, que tem expectativa de expansão nos próximos anos.

O diretor avalia que a ida da Antaq foi importante para inserção do setor aquaviário dentro do contexto de O&G, que tem entre os principais atores nacionais a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras. "A participação pioneira da Antaq foi importante para sublinhar a importância do binômio navio-porto na exploração de O&G, em que pese o protagonismo da Petrobras e da ANP", ressaltou Lima Filho à Portos e Navios.

Ele destacou a grande quantidade de empresários e representantes do segmento de apoio marítimo na delegação brasileira no evento internacional. Lima Filho disse que existem temas recorrentes do setor aquaviário que são importantes para o O&G, como outorga de empresas de navegação, a circularização e o bloqueio de embarcações. Ele falou sobre a agenda da agência em evento promovido pela Câmara de Comércio Brasil Texas (Bratec).

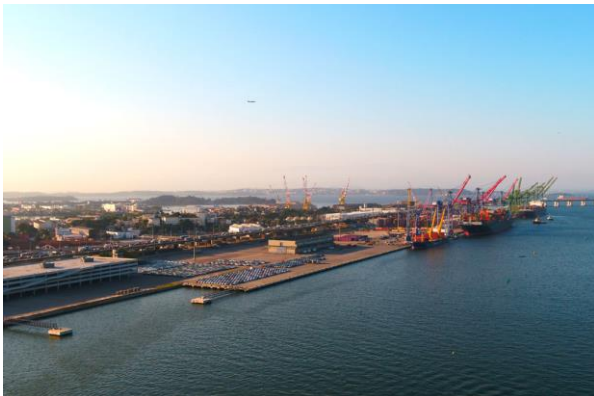
O diretor da Antaq também conheceu instalações da base offshore da norte-americana Edison Chouest, que controla a Bram, empresa com a maior frota de apoio offshore em operação no Brasil, além do estaleiro Navship (SC) e da B-Port, no Porto do Açu (RJ), ambas as bases com estrutura de dársenas cobertas.

A agenda incluiu uma visita ao Porto de Houston, com a comitiva da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), que também promoveu o pavilhão do Brasil. Lima Filho identificou que algumas empresas locais mencionaram problemas semelhantes aos enfrentados no Brasil, como armazenamento de contêineres e taxa de sobrestadia. "Todos têm os mesmos problemas, mas com roupagens distintas", comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/05/2024

PORTOSRIO MOVIMENTA 16,1 MILHÕES DE TONELADAS NO 1º TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2024 - 18:03



A movimentação de cargas da PortosRio, que administra os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, totalizou 16,1 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2024. Este volume representa um aumento de 3,1 milhões de toneladas, ou 24,4%, em comparação com o mesmo período de 2023.

O crescimento foi impulsionado principalmente pela movimentação de minério de ferro no Porto de Itaguaí, que superou 11,6 milhões de toneladas. Em relação ao mesmo período do ano passado, o número corresponde a um acréscimo de 2,4 milhões de toneladas, ou 26,9%, na exportação dessa commodity.

O Porto do Rio de Janeiro também contribuiu significativamente para o desempenho da companhia, movimentando cerca de dois milhões de toneladas de carga contêinerizada no período, uma alta de 36,1% em relação ao volume registrado de janeiro a março de 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/05/2024

PORTO DE IMBITUBA MOVIMENTOU 684 MIL TONELADAS EM ABRIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2024 - 18:02



O Porto de Imbituba movimentou 684 mil toneladas de cargas em abril. No primeiro quadrimestre do ano, foram movimentadas em média 722,8 mil toneladas, aumento de 15,8% em relação a média do primeiro quadrimestre de 2023 (624,1 mil toneladas).

28 embarcações atracaram o porto em abril, um aumento de 7,7% em relação ao mês de março e melhor resultado até aqui em 2024. Foi movimentada uma média de 24,4 mil toneladas por embarcação, tendência de aumento nos volumes por operação.

Os maiores volumes operados são coque de petróleo, contêineres, farelos de milho e de soja, sal, soja e cevada. Em destaque o aumento considerável na movimentação de contêineres, com 140,5 mil toneladas, melhor mês do ano e um crescimento de 19,3% em relação ao mês anterior.

As exportações representam 55% do total movimentado, uma alta de 23,5% na tonelage enviada ao exterior, em comparação ao mesmo período do último ano. As importações, fatia de 36% das operações, tiveram aumento de 14% em relação ao quadrimestre de 2023.

A cabotagem foi responsável por 9,5% da movimentação do porto em abril, uma queda de 29,3% na tonelage da carga em relação ao mês de março.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/05/2024

SUAPE INVESTE MAIS DE R\$ 600 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2024 - 18:01



O Complexo Industrial Portuário de Suape concluiu a terceira e penúltima etapa das obras de recuperação do molhe de pedras, que serve de barreira de proteção para os berços de atracação do porto. A intervenção englobou a restauração e o reforço do paredão, com extensão total de cerca de 2,5 quilômetros. A obra faz parte de um pacote para ampliar a segurança e a infraestrutura portuária, com investimento da ordem de R\$ 611.083.786,23, incluindo serviços de dragagem, modernização da iluminação, troca de defensas, entre outros.

A última fase dos trabalhos no molhe, que tem custo de R\$ 123 milhões, já teve o processo licitatório concluído e os serviços começarão em julho, com prazo de conclusão previsto para 2028. A obra é uma importante intervenção na barreira de proteção do porto contra a força das marés altas, permitindo que as operações sejam realizadas com menor interferência de correntes marítimas e ondas. A terceira etapa, que teve custo de R\$ 68,1 milhões, contemplou trecho de 1,6 quilômetro, com a colocação de blocos de pedras que variaram de 300 quilos a 12 toneladas, totalizando o volume de 78.120,00 metros cúbicos.

O diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, salienta que a restauração do molhe é uma obra fundamental para garantir a segurança das operações. “São intervenções fundamentais para o bom funcionamento das atividades portuárias, além de deixar Suape ainda mais preparado para os desafios impostos pelas mudanças climáticas”, salienta.

De acordo com a diretora de Infraestrutura de Suape, Renata Loyo, o molhe passa pela primeira grande restauração desde a inauguração do porto, no dia 7 de novembro de 1978. “Por causa da complexidade e abrangência da intervenção, o projeto foi dividido em três fases, englobando quatro áreas. “Os serviços vêm sendo executados em conformidade com o cronograma estabelecido desde 2018 e agora caminhamos para a última etapa da obra, dotando o porto de um molhe robusto e mais seguro”, enfatiza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/05/2024

WILSON SONS PASSA A OPERAR NA NUVEM AWS

Da Redação NAVEGAÇÃO 16/05/2024 - 18:01



A Wilson Sons passa por um movimento de modernização. Como parte deste momento, a empresa finalizou o processo de migração de dados dos ambientes SAP para a Amazon Web Services (AWS), uma das maiores plataformas de nuvem do mundo.

A transferência, que envolveu aproximadamente 38 terabytes de dados, foi conduzida e concluída em dois meses pela TIVIT, multinacional brasileira que acelera negócios por meio da tecnologia. O volume de dados transferidos equivale à capacidade de armazenamento de mais de 2,3 mil tablets dos modelos mais básicos.

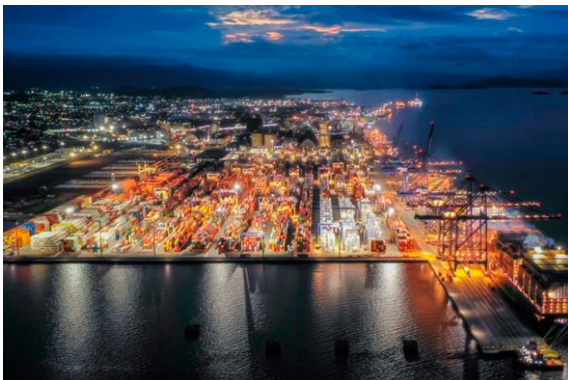
A otimização de custos e escalabilidade são os principais benefícios da migração feita pela TIVIT, já que o sistema SAP, quando hospedado em nuvem, pode ser acessado remotamente, sem depender da localização física nos ambientes on-premise da empresa. Os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção também foram migrados para o serviço da Amazon. Além do SAP, a TIVIT foi também responsável pela atualização do banco de dados e transferência da plataforma Oracle para a AWS.

Por reunir as competências necessárias e ter profundo conhecimento tanto da AWS quanto da SAP, a TIVIT foi indicada para a modernização da área de TI da operadora de logística pela própria AWS. O trabalho permitiu incrementar todo o ambiente tecnológico da Wilson Sons, melhorar a performance da empresa e reduzir gastos fixos. Além disso, a capacidade agora é instalada na nuvem, pronta para acomodar os desafios de picos e crescimento que o negócio da Wilson Sons irá gerar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/05/2024

TCP MOVIMENTA 509 MIL TEUS DE JANEIRO A ABRIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2024 - 18:00



Em 28 de abril de 2024, a TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, atingiu a marca de 500 mil TEUs movimentados. O resultado aconteceu com 42 dias de antecedência em comparação ao registrado em 2023. Naquele ano, o feito ocorreu em 9 de junho.

No quarto mês do ano, o terminal movimentou 135.678 TEUs. No acumulado do primeiro quadrimestre, passaram 509.230 TEUs pelo terminal, crescimento de 38% em relação aos 368.720 de 2023. O gerente comercial, de logística e de atendimento da TCP,

Giovanni Guidolim, avalia que “a aquisição de equipamentos, ampliando o parque de máquinas para 40 RTGs (guindastes pórticos sobre pneus) e 69 TTs (caminhões de transporte), assim como a conclusão das obras de reforma dos gates, demonstram que os mais recentes investimentos realizados para melhorar a capacidade operacional do Terminal já geram resultados”.

Entre os segmentos comerciais que mais cresceram nos primeiros quatro meses do ano estão a exportação de carnes e congelados, e de commodities do agronegócio, como madeira, papel e celulose. Nas importações, o destaque vai para mercadorias do setor automotivo, de eletrônicos e de produtos químicos.

A entrada e saída de cargas por meio dos gates registrou dois novos recordes de produtividade em abril. O primeiro foi no número de transações mensais, que chegou a 54.984 contêineres, 11% superior aos 49.517 movimentados em novembro de 2023. A segunda marca atingida foi o de



transações diárias: o terminal alcançou três novas máximas históricas na movimentação de contêineres pelos portões de acesso ao pátio de operações, foram 2.461, 2.440, e 2.379 nos dias 17, 23 e 24 de abril, respectivamente.

De acordo com o gerente de planejamento de operações da TCP, Felipe de França, “a conclusão da reforma de nossos gates em abril traz maior eficiência, agilidade, segurança e automação para nossos clientes, principalmente para os caminhoneiros”. A nova estrutura melhora o fluxo de acesso dos veículos em 200%, subindo de 50 para 150 a capacidade de agendamentos de entrada por hora.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/05/2024

PORTO DE SÃO FRANCISCO MOVIMENTA 1,4 MILHÃO DE TONELADAS EM ABRIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/05/2024 - 18:00



A movimentação de mercadorias no Porto de São Francisco do Sul chegou a 1,4 milhão de toneladas em abril, um aumento de 7% com relação ao mesmo mês do ano passado (1,3 milhão). As exportações somaram 897 mil toneladas, 64% do total. Destaque para os 13 navios que levaram 877 mil toneladas de soja para a China (cada embarcação leva, em média, 65 mil toneladas do grão).

Já as importações, no mês passado, alcançaram 498 mil toneladas, o que representa 36% da movimentação do Porto do Norte catarinense. Os produtos

metalúrgicos, como bobinas de aço, lideraram com 338 mil toneladas. Em segundo lugar, estão os fertilizantes com 121 mil toneladas.

Nestes quatro primeiros meses do ano, o Porto de São Francisco movimentou 5,5 milhões de toneladas de mercadorias, superando em 10% o número do mesmo período de 2023 (5 milhões).

“Mesmo com os recordes do ano passado, quando alcançamos a marca histórica de 16,8 milhões de toneladas movimentadas, 2024 está sendo um ano muito promissor”, afirma o diretor de Administração e Finanças do Porto, Lindomar Dutra. Os investimentos na infraestrutura portuária, segundo ele, foram fundamentais para otimizar o trabalho de carga e descarga de produtos.

“Desde o ano passado foram realizadas grandes obras estruturais, como a abertura de um novo acesso ao terminal e a revitalização da malha ferroviária interna, além da manutenção constante dos equipamentos, como os shiploaders”, destaca Dutra, ressaltando ainda o investimento de R\$ 25 milhões em tecnologia, como câmeras leitoras das placas dos caminhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/05/2024



MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 16/05/2024